



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

**EDITAL DO PROAD Nº 9447/2020-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região, incluindo o fornecimento de mão de obra e matéria-prima, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital.

NOTA: As especificações consignadas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

Registro de Preços: Não

Exclusiva ME/EPP: Não

Margem de Preferência: Não

Valor Estimado Semestral para Aplicações Ordinárias: R\$ 244.839,51

Valor Estimado para Aplicações Extraordinárias*: R\$ 503.348,34

***considerando a somatória de uma aplicação extraordinária de cada tipo, de cada localidade.**

Data e local da disputa: 06/11/20, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

Licitação nº: 9447/2020

Vistoria Prévia: Facultativa (Ver Anexo I)

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Não se aplica

Laudo/Certificado: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3232-8519 ou 3231-9500 ramais 2580/2523 *

*** Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROAD Nº 9447/2020-1

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por grupo, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018, e nº 10, de 10 de fevereiro de 2020, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

| | |
|--|--|
| a. Início da disputa de preços: | 06/11/2020, às 14 horas |
| b. Local da Disputa: | Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br |

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região, incluindo o fornecimento de mão de obra e matéria-prima, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato - Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

P.T. Resumido: **168074** **R\$ 748.187,85**

02.122.0033.4256.0035 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO -
DESPESAS DIVERSAS
339039 - Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
78 - Limpeza e conservação
Conta VPD: **332310200**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do inciso VI, do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica em que qualquer um dos integrantes do seu quadro societário seja familiar de:

a) magistrado ocupante de cargo de direção ou no exercício de função administrativa; ou
b) servidor ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

4.4. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive.

4.5. A vedação referida neste item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização (art. 2º, §3º, da Resolução CNJ nº 7/2005, incluído pela Resolução CNJ nº 229/2016).

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta atualizada apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item e valor total do grupo;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Proposta, conforme Anexo II ao Edital;

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1,00 (um Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1. prestados por empresas brasileiras;

7.26.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada por meio da proposta final a ser preenchida pelo licitante, conforme Anexo II deste Edital.

8.3. A Proposta atualizada deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas, quando exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;



8.4.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da proposta enviada, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as propostas readequadas com o valor final ofertado.

8.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 .inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.6. no caso de empresa que atua na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas: Termo de Licença / Alvará de Funcionamento emitida pela autoridade sanitária e ambiental competente, conforme artigo 5º, da Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e elaborados e registrados nos termos da legislação em vigor (redação dada pela IN nº 03, de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de:

- a) Grupo 1 – R\$ 49.377,00 (quarenta e nove mil trezentos e setenta e sete Reais);
- b) Grupo 2 – R\$ 13.065,00 (treze mil e sessenta e cinco Reais);
- c) Grupo 3 – R\$ 14.464,00 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e quatro Reais);
- d) Grupo 4 – R\$ 26.733,00 (vinte e seis mil setecentos e trinta e três Reais);
- e) Grupo 5 – R\$ 4.592,00 (quatro mil quinhentos e noventa e dois Reais);
- f) Grupo 6 – R\$ 11.015,00 (onze mil e quinze Reais);
- g) Grupo 7 – R\$ 12.518,00 (doze mil quinhentos e dezoito Reais);
- h) Grupo 8 – R\$ 17.871,00 (dezessete mil oitocentos e setenta e um Reais).

9.11. Qualificação Técnica:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

1) Apresentação de um ou mais atestados de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executados serviços compatíveis e pertinente ao objeto desta licitação, ou seja, prestação de serviços de dedetização, em imóvel com área mínima de 500m²;

2) Prova de registro ou inscrição da empresa no Conselho Profissional do seu responsável técnico (§ 2º do art. 8º da Resolução RDC ANVISA n. 52/2009), em plena validade.

3) Quanto à capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante, devidamente reconhecido pelo conselho profissional competente (artigos 4º e 8º da Resolução RDC ANVISA nº 52/2019), detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução dos serviços semelhantes ao objeto deste Edital, qual seja: prestação de serviços de dedetização.

4) A comprovação de que os responsáveis técnicos referidos no item anterior pertencem ao quadro permanente da licitante, na data prevista para a entrega da proposta, dar-se-á por qualquer um dos requisitos a seguir:

a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;

c) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

5) No decorrer da execução do serviço, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos do edital, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666/93.

9.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.5. Caso seja solicitado pelo pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um grupo, que estiver concorrendo em outro grupo, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

isto é, somando as exigências do grupo em que venceu às do grupo em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) grupo(s) arrematado(s) pela licitante, verificada a ordem cronológica de encerramento do grupo, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.19.1.1. Caso haja grupo(s) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o grupo de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. estar devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

15.2.2. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

15.2.3. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

15.2.4. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, que poderá ser prorrogada, a critério das partes, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

15.8. Antes da efetivação da contratação, a empresa vencedora se compromete a atender as seguintes condições:

I - não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

II - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.

16. DO REAJUSTE

16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos na Minuta de Contrato – Anexo III.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo III a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta de Contrato – Anexo III.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

22.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

22.12.3. ANEXO III – Minuta de Contrato;

23. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 22 de outubro de 2020.

Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson
Secretária da Administração



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Em atendimento ao determinado no Decreto Estadual nº 64.959/2020, motivado pela pandemia ocasionada pelo Covid-19, assim como às boas práticas e aos normativos que porventura venham a ser editados disciplinando a matéria, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Descrição Resumida do Objeto

Objeto: Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região, incluindo o fornecimento de mão de obra e matéria-prima, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

NOTA: As especificações consignadas no site www.comprasgovernamentais.gov.br são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

1.2. Descrição Detalhada do Objeto:

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação, antecedida de licitação na modalidade Pregão, por preço global, de empresa especializada na prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc., englobando desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* nos locais onde possa acumular água, com fornecimento de mão de obra e matéria-prima necessárias ao tratamento químico, aplicação semestral, portanto 02 (duas) vezes no período de 12 (doze) meses; e a contratação, quando houver necessidade em caráter extraordinário da prestação de serviços de sanitização para eliminação de microorganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros, nas dependências de todos os prédios sob responsabilidade deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

1) DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. Serviços preventivos de desinsetização, dedetização, desratização e assemelhados, inclusive de larvas de mosquitos *Aedes aegypti* deverão ser executados com material atóxico e inodoro;

1.2. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e a aplicação será realizada através de micro pulverização, termo nebulização e aplicação de gel para formigas, moscas, escorpiões, insetos rasteiros e oferta de iscas para roedores, conforme legislação e normas vigentes;

1.3. Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e o responsável técnico responde pela sua aquisição, utilização e controle;



1.4. Todos os procedimentos de preparo de soluções, a técnica de aplicação, a utilização e a manutenção de equipamentos deverão estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados;

1.5. A Contratada deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos, gordura, inspeção e passagens, ralos de banheiro e grelhas, dutos de esgoto, elétricos e telefone, forros, nos telhados, nas divisórias e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nesses locais;

1.6. A Contratada deverá efetuar, dentro do período da garantia, tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas;

1.7. A Contratada obriga-se a prestar atendimento às solicitações do Contratante para aplicações extraordinárias no prazo de 2 (dois) dias contados do recebimento da solicitação, nas seguintes situações:

a) para aplicações extraordinárias, a fim de eliminar existência de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;

b) corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia;

1.8. As chamadas para o atendimento de que trata a alínea b, do item anterior, não implicará em qualquer ônus adicional ao valor licitado e correrá às expensas da Contratada;

1.9. Durante a realização do procedimento, não é aconselhável que pessoas, fora os profissionais que o estejam realizando, permaneçam no local, devido à toxicidade envolvida e o risco das substâncias serem inaladas;

1.10. Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela Contratada;

1.11. Concluída as aplicações, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais. Resta esclarecer que essa limpeza não deve ser feita com alvejantes, produtos de limpeza convencionais, detergentes ou semelhantes, uma vez que a utilização deles pode prejudicar o resultado final do processo, se forem aplicados antes de completadas 24 horas dos serviços;

1.12. Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010;

1.13. A empresa contratada deverá fornecer à Unidade onde houver a aplicação do produto, comprovante de execução do serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) nome do cliente; b) endereço do imóvel; c) praga(s) alvo; d) data de execução dos serviços; e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo; f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s); h) orientações pertinentes ao serviço executado; i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente; h) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

1.14. Estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

1.15. Aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;

1.16. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, nos termos da Norma Regulamentadora NR6 do Ministério do Trabalho e Emprego.



2) MÉTODOS DE COMBATE:

2.1. DESINSETIZAÇÃO: Sistemas de Spray (líquido); gel.

2.1.1. Metodologia de Aplicação de Desinsetização: Nesta aplicação deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de "spray", gel, "fog", atomizador ou de outros métodos: eficientes desenvolvidos após a licitação, os quais deverão ser executados da seguinte maneira:

- a) aplicação utilizando o método "spray": composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo ser inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais das edificações do TRT 15ª Região;
- b) aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais, os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fac-símile. Os produtos deverão ser inodoros, não provocarem manchas, inócuos à saúde humana.

2.2. DESRATIZAÇÃO: Iscas parafinadas e peletizadas e Pó de Contato.

2.2.1. Metodologia de Aplicação de Desratização:

- a) Estas aplicações deverão ser efetuadas em todos os prédios do TRT 15ª Região, em pontos necessários que constituem foco de roedores, não acessíveis ao contato humano;
- b) Deverão ser utilizadas iscas parafinadas e peletizadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.
- c) O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mal cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

2.3. SANITIZAÇÃO: serviço de sanitização em ambientes para desinfecção realizada por meio de nebulização a frio, para ambientes internos, utilizando produto químico registrado no ministério da Saúde, à base de quaternário de amônio, de amplo espectro, que elimine e impeça a proliferação de microrganismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros de maneira segura e eficaz.

- a) Deverão ser sanitizados todos os ambientes internos supracitados e suas superfícies sejam elas metálicas, madeiras, vidros, entre outras, incluindo mobiliários, paredes, teto, piso, carpetes, tapetes, persianas, objetos, cadeiras, estofados, portas, janelas, maçanetas, cabinas de elevadores, botoeiras, interphones, interruptores, corrimãos e escadas de acesso internas e externas.
- b) O produto deverá ser aplicado com nebulizador produzindo névoa fina, sem produção de umidade excessiva, ou resíduos que possam causar danos à equipamentos ou manchas em superfícies, mobiliários e pisos. Deverá ser de baixa toxicidade aos usuários, ao meio ambiente, sem cheiro excessivamente forte e não corrosivo.

3) TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

3.1. PULVERIZAÇÃO: Utilização de produtos usando bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 360º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos;

3.2. VAPORIZAÇÃO: Utilização de equipamentos específicos que alcançam insetos aéreos;

3.3. TERMONEBULIZAÇÃO: Divisão de partículas químicas em subpartículas, para áreas de difícil acesso;

3.4. ISCAGEM: Para controle de roedores, de ação cumulativa, aplicadas em áreas secas;

3.5. GEL: Inseticida à base de hidrametilnona, empregado em locais que inviabilizam a aplicação líquida;



3.6. POLVILHAMENTO: Utilização de produtos em pó usando equipamento apropriado, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos.

4) ÁREAS DE APLICAÇÃO

4.1. Os produtos para combate a insetos e animais nocivos deverão ser aplicados interna e externamente em todos os prédios de Campinas e das unidades do interior, incluindo:

- a) Áreas de Varas de Trabalho, Gabinetes, Diretorias, Secretarias, Coordenadorias e similares;
- b) Áreas de circulação;
- c) Áreas das copas;
- d) Áreas dos banheiros/sanitários/ralos;
- e) Áreas de depósitos;
- f) Áreas de auditórios/plenários;
- g) Áreas de arquivos;
- h) Áreas de biblioteca;
- i) Áreas das escadas dos prédios;
- j) Áreas dos jardins e árvores de todos os portes;
- k) Demais áreas: estacionamentos, garagens, entre outras.

5) DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A Contratada deverá emitir um Formulário de Comprovação dos Serviços Executados, conforme modelo do ANEXO "B" ao Termo de Referência;

5.2. Por ocasião da emissão da fatura, a Contratada deverá encaminhar ao Fiscal Setorial e Gestor do contrato o formulário supramencionado devidamente assinado pelos respectivos responsáveis pelo acompanhamento dos serviços em cada unidade do TRT e pelo responsável técnico da empresa (preposto). Este Formulário de Comprovação de Serviço será anexado à respectiva Nota Fiscal para pagamento;

5.3. Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela Fiscalização, sem ônus para o TRT da 15ª Região;

5.4. Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, com emprego de pessoal, equipamentos e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da Contratada, quer civil ou administrativamente, observadas as diretrizes emitidas pela Administração do TRT da 15ª Região;

5.5. Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais do TRT 15ª região;

5.6. Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após a conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

6) MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

6.1. Quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços serão todos fornecidos pela Contratada, a qual deverá:

- a) Empregar produtos que sejam de boa qualidade, inócuos à saúde humana, que estejam de acordo com a legislação ambiental vigente, não sendo admissível a aplicação de materiais que sejam nocivos à saúde;
- b) Identificar os equipamentos e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes ao Tribunal ou a terceiros.

7) DO ACRÉSCIMO DE NOVAS UNIDADES OU MUDANÇA DE ENDEREÇO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

7.1. A eventual criação de novas unidades ou mudança de prédio de unidades existentes do TRT deverão ser acomodadas neste contrato, por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do art. 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/1993.

7.1.1. Os acréscimos serão processados mediante prévia apresentação pela Contratada de orçamento para esse fim, que deverá considerar a metragem e as especificidades do novo prédio, devendo consignar, ainda, justificativa detalhada para as seguintes hipóteses:

- a) Para unidades novas, em cidades que ainda não possuem outras unidades do TRT, caso o preço por metro quadrado exceda ao valor médio cobrado por metro quadrado, considerados os preços por metro quadrado de todas as unidades da respectiva circunscrição; e
- b) Para mudança de prédio de unidades já contempladas por esta contratação, caso o valor por metro quadrado seja superior ao valor por metro quadrado praticado para o prédio antigo.

8) PRAZOS E QUANTITATIVOS CONTRATADOS:

8.1. Os serviços serão realizados nas dependências dos prédios do TRT 15ª Região, de acordo com cronograma de execução a ser apresentado pela Contratada em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis ao Fiscal Administrativo, após a assinatura do contrato, sendo que a primeira aplicação, será iniciada, no máximo, em 15 (quinze) dias ininterruptos, após a assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados em todas as unidades do GRUPO no prazo máximo de 60 dias corridos, e os serviços serão executados em todos os GRUPOS concomitantemente;

8.2. Os serviços extraordinários poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, conforme segue:

- a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT;
- b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações;

8.3. Os serviços extraordinários consideradas emergenciais a critério do TRT, poderão ser solicitados após a assinatura do contrato, e deverão ser atendidas no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura de chamado pela respectiva Unidade do Tribunal, conforme segue:

- a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos;
- b) Na necessidade de sanitização.

9) SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto;

9.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

10) CONSIDERAÇÕES GERAIS

10.1 Materiais/equipamentos e produtos a serem utilizados são de responsabilidade da Contratada para o desempenho dos serviços;

10.2 A prestação de serviços de que trata este Termo de Referência não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme § 1º do art. 6º da IN nº 02/2008;

10.3. Fazem parte e integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os Anexos de "A" a "C".

1.3. Prazo de Vigência: 30 (trinta) meses, que poderá ser prorrogado, a critério das partes, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

1.4. Local e Horário da prestação dos serviços

Locais de Prestação dos Serviços: Conforme Anexo I. Se necessário, contatar a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508, das 12 h às 18 h

O contato com os diretores responsáveis pelas Unidades deverá ser feito por email ou telefone disponível no site no Tribunal: <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>

1.5. Do atendimento à Legislação Específica

- RDC Nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA.
- Norma Regulamentadora nº 35/2012 do Ministério do Trabalho - estabelece regras para o trabalho em altura.
- Lei Estadual nº 10.083, de 02 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de SP.
- Lei nº. 12.305/2010 (Política Nacional de resíduos Sólidos).
- Resolução nº 34, 16 de agosto de 2010, da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para produtos saneantes desinfestantes.
- Portaria CVS nº 09, de 16 de novembro de 2000, que aprova Norma Técnica para Empresas Prestadoras de Serviço de Controle de Vetores e Pragas Urbanas.
- RDC Nº 18/MS/ANVS, de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre Normas Gerais para funcionamento de Empresas Especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

1.6. Prazo para início da prestação dos serviços

- a) Circunscrições 2, 3, 4, 7, e 8 – início após a homologação.
- b) Demais circunscrições – 02/12/2020.

1.7. Garantia

Todos os serviços prestados pela CONTRATADA, terão garantia de 90 (noventa) dias por cada etapa de aplicação, contados a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato.

A CONTRATADA garantirá a qualidade dos serviços prestados, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual e se responsabilizará pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do Art. 70 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, sendo responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

2. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, a Contratada deverá obedecer às diretrizes discriminadas no "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/5/2012), e em especial as seguintes:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

a) obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços, fiscalizando o seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE:

b.1) a CONTRATADA deverá orientar, fornecer e fiscalizar seus empregados quanto ao uso de EPI's, em especial o disposto no Decreto Estadual nº 64.959/2020 e Resolução CNJ nº 322, de 1º de junho de 2020, que dispõem, dentre outros, sobre o uso obrigatório de máscaras de proteção facial durante a execução dos serviços.

c) manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:

c.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
e

c.2) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

d) utilizar, preferencialmente, produtos de baixo impacto ambiental;

e) observar a disposição final, ambientalmente adequada, dos rejeitos, bem como a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos;

f) optar, preferencialmente, por produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);

g) adotar procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

h) estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

i) aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;

j) efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

3. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

3.1. A vistoria aos locais onde serão executados os serviços será FACULTATIVA.

3.2. Se houver interesse na vistoria, as empresas interessadas deverão agendar previamente junto à Coordenadoria de Manutenção, pelo email instalacoes.manutencao@trt15.jus.br, ou telefone (19) 3231-9500 Ramal 2505/2508, mas, caso não queiram realizar a vistoria, não poderão alegar desconhecimento das condições, quantidades e especificações pertinentes a cada item.

4. ORÇAMENTO



| Grupo 1 | | | | |
|----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 1 | Americana Av Nossa Senhora de Fátima, 3000 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.870,85 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.317,23 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 921,73 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 469,12 |
| Valor total – item 1 (R\$) | | | | 4.578,93 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 2 | Amparo Av. Bernardino de Campos, 7 | 1 | Desinsetização Semestral | 871,61 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 849,58 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 935,93 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 332,33 |
| Valor total – item 2 (R\$) | | | | 2.989,45 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 3 | Araras Praça Barão de Araras, 171 – 2º pavimento | 1 | Desinsetização Semestral | 1.325,01 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.230,64 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 915,23 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 3 (R\$) | | | | 3.470,88 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 4 | Atibaia Rua João Pires, 1200 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.471,52 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.194,82 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 898,96 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 460,25 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Valor total – item 4 (R\$) | | | | 4.025,55 |
|----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 5 | Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.457,58 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.149,27 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 974,75 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 536,83 |
| Valor total – item 5 (R\$) | | | | 4.118,43 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 6 | Campinas - Ed.-Sede Judiciário Rua Barão de Jaguara, 901 | 1 | Desinsetização Semestral | 9.016,14 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 6.875,47 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 11.255,36 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 444,61 |
| Valor total – item 6 (R\$) | | | | 27.591,58 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 7 | Campinas - Edifício Sede Adm Rua Conceição, 150 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.644,86 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.985,75 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 5.190,88 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 311,65 |
| Valor total – item 7 (R\$) | | | | 14.133,14 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 8 | Campinas - Anexo Barão 945 Barão de Jaguara, 945 | 1 | Desinsetização Semestral | 879,49 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 728,46 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 809,36 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 224,26 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Valor total – item 8 (R\$) | | | | 2.641,57 |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 9 | Campinas - Anexo Administrat. II (almox) Rua Ângela Signori Grigol, 05 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.828,91 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 4.066,74 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.073,01 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 4.543,92 |
| Valor total – item 9 (R\$) | | | | 15.512,58 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 10 | Campinas - Anexo Administrat. III (Amarais) Av. Dário Freire Meireles, 335 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.345,54 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.123,15 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 963,81 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 443,81 |
| Valor total – item 10 (R\$) | | | | 3.876,31 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 11 | Paulínea - Arquivo Betel Av. Joaquim Arico, 34 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.727,25 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.425,20 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.670,67 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.299,56 |
| Valor total – item 11 (R\$) | | | | 11.122,68 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 12 | Campinas - Fórum Trabalhista Av. José de Souza Campos, 422 | 1 | Desinsetização Semestral | 7.467,67 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 6.011,42 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 8.125,63 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.901,44 |
| Valor total – item 12 (R\$) | | | | 23.506,16 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| 13 | Campinas - Casa Anexa ao FT Campinas Rua Odila Maria Rocha Brito, 77 | 1 | Desinsetização Semestral | 359,69 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 331,21 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 512,99 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 13 (R\$) | | | | 1.203,89 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 14 | Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.250,49 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.237,62 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.164,69 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 398,21 |
| Valor total – item 14 (R\$) | | | | 4.051,01 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 15 | Capivari Rua General Osório, 1174/1188 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.489,46 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.763,05 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.346,58 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 722,47 |
| Valor total – item 15 (R\$) | | | | 5.321,56 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 16 | Espírito Sto Pinhal Rua Dr. João Mendes, 126 | 1 | Desinsetização Semestral | 601,00 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 808,96 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.150,27 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 551,04 |
| Valor total – item 16 (R\$) | | | | 3.111,27 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| 17 | Hortolândia Av. Anhanguera, 252 | 1 | Desinsetização Semestral | 490,26 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 619,88 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 594,13 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 359,43 |
| Valor total – item 17 (R\$) | | | | 2.063,70 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 18 | Indaiatuba Rua das Primaveras, 3021 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.602,38 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.606,27 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 715,12 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 852,79 |
| Valor total – item 18 (R\$) | | | | 4.776,56 |

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
|-----------------------------|---------------------------------------|------|-------------------------------|-------------------------|
| 19 | Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.297,38 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.369,77 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.268,24 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 560,00 |
| Valor total – item 19 (R\$) | | | | 4.495,39 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 20 | Itatiba Avenida da Saudade, 584 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.159,42 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.801,95 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.279,77 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 893,66 |
| Valor total – item 20 (R\$) | | | | 6.134,80 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|------|-------------------------------|-------------------------|
| 21 | Itu Rua Santa Cruz, 533 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.700,75 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.735,70 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.026,90 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 936,65 |
| Valor total – item 21 (R\$) | | | | 5.400,00 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 22 | Jundiaí Rua da Padroeira, 499 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.506,51 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.894,31 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.559,05 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 769,53 |
| Valor total – item 22 (R\$) | | | | 9.729,40 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 23 | Leme Rua Newton Prado, 148 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.222,20 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.070,40 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.015,53 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 482,50 |
| Valor total – item 23 (R\$) | | | | 3.790,63 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 24 | Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.097,89 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.168,74 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.857,41 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 2.595,13 |
| Valor total – item 24 (R\$) | | | | 11.719,17 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 25 | | 1 | Desinsetização Semestral | 3.930,74 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | Mogi Guaçu Avenida Brasil, 4801 | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.504,23 |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.563,15 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 2.702,39 |
| Valor total – item 25 (R\$) | | | | 10.700,51 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 26 | Mogi Mirim Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.552,56 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.570,92 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.106,30 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 978,89 |
| Valor total – item 26 (R\$) | | | | 5.208,67 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 27 | Paulínia Av dos Expedicionários, 1500 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.865,18 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.612,31 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.335,60 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 550,69 |
| Valor total – item 27 (R\$) | | | | 5.363,78 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 28 | Pedreira Rua Presidente Getúlio Vargas, 150 | 1 | Desinsetização Semestral | 222,56 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 271,69 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 254,27 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 28 (R\$) | | | | 748,52 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 29 | Piracicaba Rua João Pedro Correa, 810 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.594,93 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.433,38 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.587,62 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 3.774,56 |
| Valor total – item 29 (R\$) | | | | 13.390,49 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 30 | Rio Claro Avenida Cidade Judiciária, 289 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.431,92 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.715,19 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 783,79 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 5.426,61 |
| Valor total – item 30 (R\$) | | | | 14.357,51 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 31 | Salto Rua José Galvão, 196 | 1 | Desinsetização Semestral | 992,44 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 749,07 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 844,20 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 444,48 |
| Valor total – item 31 (R\$) | | | | 3.030,19 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 32 | Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.108,29 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 972,97 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 668,68 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 439,01 |
| Valor total – item 32 (R\$) | | | | 3.188,95 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 33 | São João da Boa Vista Rua Luis Previereiro, 91 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.089,33 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.015,23 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.149,17 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---------------------------------------|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.418,40 |
| Valor total – item 33 (R\$) | | | | 6.672,13 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 34 | Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.780,15 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.569,77 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 725,83 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 784,25 |
| Valor total – item 34 (R\$) | | | | 4.860,00 |
| Valor total – Grupo 1 (R\$) | | | | 246.885,39 |

| Grupo 2 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 35 | Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.655,76 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.820,71 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.032,10 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.118,41 |
| Valor total – item 35 (R\$) | | | | 5.626,98 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 36 | Itanhaém Av. Rui Barbosa,12 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.552,61 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.616,83 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.240,73 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 453,43 |
| Valor total – item 36 (R\$) | | | | 4.863,60 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| 37 | Itapetininga Rua Quintino Bocaiuva, 784 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.000,79 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.112,85 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.143,86 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.218,11 |
| Valor total – item 37 (R\$) | | | | 6.475,61 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 38 | Itapeva Av Dr José Ermírio de Moraes, 1070 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.098,75 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.206,37 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.660,55 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 715,03 |
| Valor total – item 38 (R\$) | | | | 6.680,70 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 39 | Itararé Rua 28 de Agosto, 375 | 1 | Desinsetização Semestral | 853,32 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.088,60 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 989,20 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 376,80 |
| Valor total – item 39 (R\$) | | | | 3.307,92 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 40 | Piedade Rua José Batista, 152 (2º e 3º pavimentos) | 1 | Desinsetização Semestral | 1.096,07 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.180,81 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 935,11 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 373,50 |
| Valor total – item 40 (R\$) | | | | 3.585,49 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 41 | | 1 | Desinsetização Semestral | 1.950,28 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555 | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.058,20 |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.005,11 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.164,48 |
| Valor total – item 41 (R\$) | | | | 6.178,07 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 42 | São Roque Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.006,92 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.735,48 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.153,53 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.588,86 |
| Valor total – item 42 (R\$) | | | | 8.484,79 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 43 | Sorocaba Rua Ministro Coqueijo Costa, 61 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.636,37 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.926,14 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.719,47 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.261,20 |
| Valor total – item 43 (R\$) | | | | 9.543,18 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 44 | Tatuí Rua José Bonifácio, 170 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.124,68 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.282,45 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.452,26 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 971,15 |
| Valor total – item 44 (R\$) | | | | 6.830,54 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 45 | Tietê Rua do Comércio, 511 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.186,77 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.201,93 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | |
|------------------------------------|---|---------------------|------------------|
| | 1 | Sanitização Interna | 1.011,97 |
| | 1 | Sanitização Externa | 348,42 |
| Valor total – item 45 (R\$) | | | 3.749,09 |
| Valor total – Grupo 2 (R\$) | | | 65.325,97 |

| Grupo 3 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 46 | Aparecida Av. Padroeira do Brasil 437 | 1 | Desinsetização Semestral | 886,04 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.033,82 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.000,21 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 459,78 |
| Valor total – item 46 (R\$) | | | | 3.379,85 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 47 | Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28) | 1 | Desinsetização Semestral | 816,81 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 957,33 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.015,80 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 565,77 |
| Valor total – item 47 (R\$) | | | | 3.355,71 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 48 | Campos do Jordão Rua José da Matta, 105 | 1 | Desinsetização Semestral | 391,07 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 440,61 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 780,00 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 48 (R\$) | | | | 1.611,68 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| 49 | Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.631,54 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.308,18 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.217,29 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 577,44 |
| Valor total – item 49 (R\$) | | | | 4.734,45 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 50 | Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.998,07 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.823,54 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.141,18 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 744,48 |
| Valor total – item 50 (R\$) | | | | 5.707,27 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 51 | Guaratinguetá Rua Prof. Sylvio José M. Coelho, 33 e 45 | 1 | Desinsetização Semestral | 976,41 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.340,18 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 972,59 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 480,88 |
| Valor total – item 51 (R\$) | | | | 3.770,06 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 52 | Jacareí Av. Pensilvânia 412 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.623,88 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.422,15 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.866,00 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.051,32 |
| Valor total – item 52 (R\$) | | | | 7.963,35 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 53 | | 1 | Desinsetização Semestral | 1.385,92 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| | Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360 | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.594,45 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 982,13 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 755,10 |
| Valor total – item 53 (R\$) | | | | 4.717,60 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 54 | Pindamonhangaba Rua Dr. Octávio Oscar C. de Souza, 85 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.007,77 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.135,56 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 903,00 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 836,15 |
| Valor total – item 54 (R\$) | | | | 3.882,48 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 55 | São José dos Campos Rua Juiz David Barrilli, 85 | 1 | Desinsetização Semestral | 7.154,48 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 5.543,77 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 3.189,33 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 4.009,72 |
| Valor total – item 55 (R\$) | | | | 19.897,30 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 56 | São Sebastião Alameda Vereador Mário Olegário Leite, 55 | 1 | Desinsetização Semestral | 818,82 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 732,05 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 568,59 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 536,77 |
| Valor total – item 56 (R\$) | | | | 2.656,23 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 57 | Taubaté Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº | 1 | Desinsetização Semestral | 2.500,91 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.623,38 |



| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.597,38 |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 57 (R\$) | | | | 7.721,67 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 58 | Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691 | 1 | Desinsetização Semestral | 761,32 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 910,07 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 840,88 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 410,80 |
| Valor total – item 58 (R\$) | | | | 2.923,07 |
| Valor total – Grupo 3 (R\$) | | | | 72.320,72 |

| Grupo 4 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 59 | Araraquara Av. José Bonifácio, 176 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.750,29 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.412,78 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.899,50 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 488,35 |
| Valor total – item 59 (R\$) | | | | 10.550,92 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 60 | Batatais Av. General Osório, 294 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.604,88 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.674,25 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.006,40 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 805,57 |
| Valor total – item 60 (R\$) | | | | 5.091,10 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| 61 | Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.618,33 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.685,52 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 873,30 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 667,80 |
| Valor total – item 61 (R\$) | | | | 4.844,95 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 62 | Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.506,34 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.608,33 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.193,60 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 416,86 |
| Valor total – item 62 (R\$) | | | | 4.725,13 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 63 | Cravinhos Av. Fagundes, 196 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.800,41 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.791,57 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.319,74 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 491,36 |
| Valor total – item 63 (R\$) | | | | 5.403,08 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 64 | Franca Rua Frei Germano, 2310 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.255,76 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.312,69 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.561,94 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 602,73 |
| Valor total – item 64 (R\$) | | | | 6.733,12 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| 65 | Ituverava Praça Deputado Hêlvio Nunes da Silva, 226 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.198,76 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.341,62 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 953,74 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 585,47 |
| Valor total – item 65 (R\$) | | | | 4.079,59 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 66 | Jaboticabal Rua José Bonifácio, 497 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.983,08 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.520,93 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.335,37 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.545,56 |
| Valor total – item 66 (R\$) | | | | 8.384,94 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 67 | Jaboticabal - Arquivo Praça do Café, 240 | 1 | Desinsetização Semestral | 209,01 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 261,70 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 176,90 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 67 (R\$) | | | | 647,61 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 68 | Matão Rua Jundiáí, 1270 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.252,84 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.289,94 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 631,07 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 692,52 |
| Valor total – item 68 (R\$) | | | | 3.866,37 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 69 | | 1 | Desinsetização Semestral | 217,60 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | Matão - Arquivo Rua João Pessoal, 1594 | 1 | Desinsetização Extraordinária | 270,33 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 186,29 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 69 (R\$) | | | | 674,22 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 70 | Mococa Praça Marechal Deodoro, 66 | 1 | Desinsetização Semestral | 726,56 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 874,29 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 792,00 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 361,42 |
| Valor total – item 70 (R\$) | | | | 2.754,27 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 71 | Morro Agudo Rua das Margaridas, 119 | 1 | Desinsetização Semestral | 703,49 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 949,83 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 699,97 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 373,97 |
| Valor total – item 71 (R\$) | | | | 2.727,26 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 72 | Orlândia Av Quatro, 290 | 1 | Desinsetização Semestral | 847,91 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.009,79 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 820,87 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 397,42 |
| Valor total – item 72 (R\$) | | | | 3.075,99 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 73 | Pirassununga Av. Padre Antonio Vann Ess, 1241 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.996,18 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.058,21 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 710,06 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.371,77 |
| Valor total – item 73 (R\$) | | | | 6.136,22 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 74 | Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.708,67 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.504,74 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.348,91 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.140,78 |
| Valor total – item 74 (R\$) | | | | 7.703,10 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 75 | Ribeirão Preto–FT Rua Afonso Taranto, 105 | 1 | Desinsetização Semestral | 5.749,61 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 5.742,09 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 3.958,79 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 3.438,08 |
| Valor total – item 75 (R\$) | | | | 18.888,57 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 76 | Ribeirão Preto – Arquivo Rua Vereador Manir Calil, 349 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.974,29 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 4.203,17 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.007,20 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 2.488,91 |
| Valor total – item 76 (R\$) | | | | 13.673,57 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 77 | São Carlos Rua José Bonifácio, 888 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.770,87 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.191,47 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.634,56 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Externa | 300,00 |
| Valor total – item 77 (R\$) | | | | 5.896,90 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 78 | São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.094,40 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.209,71 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 771,92 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 470,66 |
| Valor total – item 78 (R\$) | | | | 3.546,69 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 79 | São José do Rio Pardo Rua Coronel Marçal, 70 | 1 | Desinsetização Semestral | 876,07 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.101,42 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 953,59 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 413,34 |
| Valor total – item 79 (R\$) | | | | 3.344,42 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 80 | Sertãozinho Rua Antonio Seron, 254 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.514,45 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.259,73 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.928,37 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 452,01 |
| Valor total – item 80 (R\$) | | | | 7.154,56 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 81 | Taquaritinga Av. Vicente José Parise, 1380 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.218,69 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.198,09 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 870,88 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 475,08 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | |
|------------------------------------|-------------------|
| Valor total – item 81 (R\$) | 3.762,74 |
| Valor total – Grupo 4 (R\$) | 133.665,32 |

| Grupo 5 | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 82 | Andradina Rua Corumbá, 901 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.372,79 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.554,01 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 910,52 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 787,48 |
| Valor total – item 82 (R\$) | | | | 4.624,80 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 83 | Andradina - Arquivo Rua Paulo Marim, 805 | 1 | Desinsetização Semestral | 173,50 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 224,38 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 188,75 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 83 (R\$) | | | | 586,63 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 84 | Araçatuba Rua Duque de Caxias, 2130 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.245,59 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.097,16 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.385,72 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 644,30 |
| Valor total – item 84 (R\$) | | | | 6.372,77 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 85 | Birigüi Av. Yuseff Ismail Mansour, 300 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.026,22 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.302,21 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 937,61 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 511,74 |
| Valor total – item 85 (R\$) | | | | 3.777,78 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 86 | Lins Rua Val de Palmas, 168 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.275,69 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.177,99 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 966,93 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 485,73 |
| Valor total – item 86 (R\$) | | | | 3.906,34 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 87 | Penápolis Pça. Dr. Carlos Sampaio Filho, 25 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.184,39 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.188,87 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 818,87 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 502,57 |
| Valor total – item 87 (R\$) | | | | 3.694,70 |
| Valor total – Grupo 5 (R\$) | | | | 22.963,02 |

| Grupo 6 | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 88 | Adamantina Avenida Rio Branco, 1939 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.526,95 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.031,68 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.563,30 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.120,64 |
| Valor total – item 88 (R\$) | | | | 7.242,57 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| 89 | Assis Rua Walter Antonio Fontana, 625 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.624,37 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.343,80 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.512,73 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 798,51 |
| Valor total – item 89 (R\$) | | | | 7.279,41 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 90 | Dracena Rua Santos Dumont, 520 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.704,52 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.940,40 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.182,98 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 696,69 |
| Valor total – item 90 (R\$) | | | | 5.524,59 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 91 | Presidente Prudente Avenida Quatorze de Setembro,1080 | 1 | Desinsetização Semestral | 4.599,29 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 3.740,65 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.913,09 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.746,27 |
| Valor total – item 91 (R\$) | | | | 12.999,30 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 92 | Presidente Venceslau Rua General Osório, 37 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.568,98 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.792,97 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.027,67 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 797,91 |
| Valor total – item 92 (R\$) | | | | 5.187,53 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| 93 | Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919-929 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.174,70 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.456,36 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.027,51 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 528,10 |
| Valor total – item 93 (R\$) | | | | 4.186,67 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 94 | Rancharia - Arquivo Rua Marcilio Dias, 719 | 1 | Desinsetização Semestral | 171,93 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 220,98 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 199,25 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 94 (R\$) | | | | 592,16 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 95 | Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 774 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.279,02 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.574,15 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.325,35 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.135,98 |
| Valor total – item 95 (R\$) | | | | 7.314,50 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 96 | Tupã Rua Nhambiquaras, 604 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.398,08 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.574,20 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.146,73 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 631,58 |
| Valor total – item 96 (R\$) | | | | 4.750,59 |
| Valor total – Grupo 6 (R\$) | | | | 55.077,32 |



| Grupo 7 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 97 | Barretos Av. Centenário da Abolição, 1300 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.632,59 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.646,20 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.171,78 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 2.546,44 |
| Valor total – item 97 (R\$) | | | | 9.997,01 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 98 | Catanduva Rua Recife, 585 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.328,69 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.511,01 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.527,02 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 366,67 |
| Valor total – item 98 (R\$) | | | | 8.733,39 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 99 | Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros,1651 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.597,11 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.547,65 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 967,19 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 549,86 |
| Valor total – item 99 (R\$) | | | | 4.661,81 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 100 | Jales Rua Nove, 1466 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.440,23 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.695,52 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 956,04 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 789,50 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|------------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Valor total – item 100 (R\$) | | | | 4.881,29 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 101 | Jales - Arquivo Avenida Paulo Marcondes, 1150 | 1 | Desinsetização Semestral | 423,91 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 594,53 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 572,03 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 101 (R\$) | | | | 1.590,47 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 102 | José Bonifácio Av São João, 52 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.357,03 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.461,64 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.088,83 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 476,17 |
| Valor total – item 102 (R\$) | | | | 4.383,67 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 103 | Olímpia Rua São João, 915 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.335,32 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.279,42 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 871,63 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 647,58 |
| Valor total – item 103 (R\$) | | | | 4.133,95 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 104 | São José do Rio Preto Av. José Munia, 5500 | 1 | Desinsetização Semestral | 6.125,21 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 4.187,89 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 2.939,62 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 3.318,07 |
| Valor total – item 104 (R\$) | | | | 16.570,79 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
|------------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| 105 | Tanabi Av. Gildo Savatin, 550 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.148,11 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.097,59 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 908,10 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 479,14 |
| Valor total – item 105 (R\$) | | | | 3.632,94 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 106 | Votuporanga Rua Alagoas, 2915 | 1 | Desinsetização Semestral | 970,26 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 889,20 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 784,29 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 504,25 |
| Valor total – item 106 (R\$) | | | | 3.148,00 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 107 | Votuporanga - Arquivo Rua Piauí, 3137 | 1 | Desinsetização Semestral | 269,28 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 326,82 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 263,08 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 107 (R\$) | | | | 859,18 |
| Valor total – Grupo 7 (R\$) | | | | 62.592,50 |

| Grupo 8 | | | | |
|---------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 108 | Avaré Rua Amaral Pacheco nº 1120 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.142,68 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.272,87 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|------------------------------|---|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | 952,41 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 417,72 |
| Valor total – item 108 (R\$) | | | | 3.785,68 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 109 | Bariri Av General Osório, 543 | 1 | Desinsetização Semestral | 942,17 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.085,04 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 691,09 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 452,62 |
| Valor total – item 109 (R\$) | | | | 3.170,92 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 110 | Bauru Rua Antonio Cintra Júnior, 3-11 | 1 | Desinsetização Semestral | 7.651,05 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 4.713,94 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 3.716,27 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 6.636,11 |
| Valor total – item 110 (R\$) | | | | 22.717,37 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 111 | Bauru - Arquivo Geral Av. Alfredo Maia, s/n | 1 | Desinsetização Semestral | 482,61 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 597,28 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 551,38 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 111 (R\$) | | | | 1.631,27 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 112 | Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147 | 1 | Desinsetização Semestral | 2.126,36 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.213,59 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 824,20 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|------------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.225,57 |
| Valor total – item 112 (R\$) | | | | 6.389,72 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 113 | Botucatu - Arquivo Rua Dr. Cardoso de Almeida, 1018 | 1 | Desinsetização Semestral | 248,60 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 302,84 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 262,14 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |
| Valor total – item 113 (R\$) | | | | 813,58 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 114 | Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.005,18 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.102,38 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 944,64 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 442,99 |
| Valor total – item 114 (R\$) | | | | 3.495,19 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 115 | Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.406,89 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.712,24 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.170,96 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 438,87 |
| Valor total – item 115 (R\$) | | | | 4.728,96 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 116 | Itápolis - Arquivo Rua Bernardino de Campos, 645 (esquina Francisco com Porto) | 1 | Desinsetização Semestral | 519,15 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 613,17 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 647,23 |
| | | 1 | Sanitização Externa | -- |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Valor total – item 116 (R\$) | | | | 1.779,55 |
|------------------------------|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 117 | Jaú Rua Rolando D'Amico, 121 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.808,04 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.897,08 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.183,82 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 656,76 |
| Valor total – item 117 (R\$) | | | | 5.545,70 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 118 | Lençóis Paulista 2ª VT Rua Carlos Trecenti, 215 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.873,61 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.980,53 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 688,48 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 3.309,49 |
| Valor total – item 118 (R\$) | | | | 10.852,11 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 119 | Lençóis Paulista 1ª VT Rua Carlos Trecenti, 175 | 1 | Desinsetização Semestral | 957,38 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.158,18 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 752,73 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 471,35 |
| Valor total – item 119 (R\$) | | | | 3.339,64 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 120 | Marília Av. Tiradentes, 580 | 1 | Desinsetização Semestral | 3.127,62 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 2.934,25 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.723,15 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 1.401,99 |
| Valor total – item 120 (R\$) | | | | 9.187,01 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
|---|--|------|-------------------------------|-------------------------|
| 121 | Ourinhos Rua Paulo Sá, 565 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.001,64 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.201,90 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 1.000,07 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 478,85 |
| Valor total – item 121 (R\$) | | | | 3.682,46 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 122 | Pederneiras Rua José Fernandes Gil, 546 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.522,83 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.326,66 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 946,17 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 645,42 |
| Valor total – item 122 (R\$) | | | | 4.441,08 |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário Estimado |
| 123 | Sta Cruz do Rio Pardo Rua Carlos Rios, 178 | 1 | Desinsetização Semestral | 1.124,13 |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | 1.212,37 |
| | | 1 | Sanitização Interna | 972,39 |
| | | 1 | Sanitização Externa | 488,48 |
| Valor total – item 123 (R\$) | | | | 3.797,37 |
| Valor total – Grupo 8 (R\$) | | | | 89.357,61 |
| Valor total estimado (por semestre) – Todos os Grupos (R\$) | | | | 748.187,85 |

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Será firmado contrato com a empresa vencedora conforme a minuta de contrato – Anexo III ao edital.

5.2. A execução dos serviços, os prazos, a garantia do objeto, as obrigações das partes, a vigência, a aplicação de sanções, o acompanhamento e fiscalização, o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

pagamento, a compensação financeira por eventual atraso no pagamento e demais disposições da contratação dar-se-ão segundo as cláusulas da minuta contratual.



ANEXO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA

1. Dias e Horários de Execução

Os serviços serão executados, de acordo com cronograma a ser fornecido pela empresa ao TRT, podendo os mesmos serem realizados em sábados, domingos e feriados, previamente combinado com a administração e definido conforme a complexidade de cada área, sob a supervisão da Administração do TRT

2. Área de construção das unidades

| GRUPO 1 = CIRCUNSCRIÇÃO I | | | |
|---------------------------|---|-------------------|-------------------|
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 1-1 | Americana Av Nossa Senhora de Fátima , 3000 | 1.439,08 | 740,71 |
| 1-2 | Amparo Av. Bernardino de Campos, 7 | 469,14 | 50,78 |
| 1-3 | Araras Praça Barão de Araras, 171 – 2º pavimento | 770,12 | 0,00 |
| 1-4 | Atibaia Rua João Pires, 1200 | 1.219,85 | 425,83 |
| 1-5 | Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387 | 765,22 | 454,07 |
| 1-6 | Campinas - Ed.-Sede Judiciário Rua Barão de Jaguara, 901 | 26.381,79 | 355,05 |
| 1-7 | Campinas - Edifício Sede Adm Rua Conceição, 150 | 10.588,53 | 319,35 |
| 1-8 | Campinas - Anexo Barão 945 Barão de Jaguara, 945 | 993,30 | 11,98 |
| 1-9 | Campinas - Anexo Administrat. II (almox) Rua Ângela Signori Grigol, 05 | 3.663,88 | 7.976,12 |
| 1-10 | Campinas - Anexo Administrat. III (Amarais) Av. Dário Freire Meireles, 335 | 1.424,44 | 156,00 |
| 1-11 | Paulínia - Arquivo Betel Av. Joaquim Arico, 34 | 3.700,00 | 1.859,90 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | |
|------|---|-----------|----------|
| 1-12 | Campinas - Fórum Trabalhista Av. José de Souza Campos, 422 | 17.133,36 | 2.657,77 |
| 1-13 | Campinas - Casa Anexa ao FT Campinas Rua Odila Maria Rocha Brito, 77 | 393,29 | 0,00 |
| 1-14 | Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055 | 1.196,80 | 221,40 |
| 1-15 | Capivari Rua General Osório, 1174/1188 | 986,52 | 315,13 |
| 1-16 | Espírito Santo do Pinhal Rua Dr. João Mendes, 126 | 295,92 | 88,15 |
| 1-17 | Hortolândia Av. Anhanguera, 252 | 454,00 | 129,50 |
| 1-18 | Indaiatuba Rua das Primaveras, 3021 | 944,48 | 1.084,16 |
| 1-19 | Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79 | 1.123,94 | 145,59 |
| 1-20 | Itatiba Avenida da Saudade, 584 | 1.505,52 | 1.082,18 |
| 1-21 | Itu Rua Santa Cruz, 533 | 970,59 | 828,30 |
| 1-22 | Jundiaí Rua da Padroeira, 499 | 3.681,33 | 1.173,83 |
| 1-23 | Leme Rua Newton Prado, 148 | 640,05 | 61,95 |
| 1-24 | Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040 | 2.550,00 | 3.817,97 |
| 1-25 | Mogi Guaçu Avenida Brasil, 4801 | 1.064,06 | 4.213,47 |
| 1-26 | Mogi Mirim Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80 | 685,00 | 666,10 |
| 1-27 | Paulínia Av dos Expedicionários, 1500 | 1.695,93 | 530,62 |
| 1-28 | Pedreira Rua Presidente Getúlio Vargas, 150 | 185,60 | 0,00 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | |
|--------------|---|------------------|------------------|
| 1-29 | Piracicaba Rua João Pedro Correa, 810 | 2.005,35 | 5.959,84 |
| 1-30 | Rio Claro Avenida Cidade Judiciária, 289 | 1.067,23 | 9.473,16 |
| 1-31 | Salto Rua José Galvão, 196 | 861,00 | 279,87 |
| 1-32 | Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83 | 878,70 | 396,70 |
| 1-33 | São João da Boa Vista Rua Luis Previeiro, 91 | 633,12 | 1.152,15 |
| 1-34 | Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645 | 987,30 | 1.168,97 |
| TOTAL | | 93.354,44 | 47.796,60 |

| GRUPO 2 = CIRCUNSCRIÇÃO II | | | |
|-----------------------------------|---|------------------------------|------------------------------|
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 2-35 | Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328 | 700,22 | 742,31 |
| 2-36 | Itanhaém Av. Rui Barbosa, 12 | 937,47 | 125,99 |
| 2-37 | Itapetininga Rua Quintino Bocaiuva, 784 | 796,84 | 955,95 |
| 2-38 | Itapeva Av Dr José Ermírio de Moraes, 1070 | 1.432,60 | 439,35 |
| 2-39 | Itararé Rua 28 de Agosto, 375 | 518,93 | 70,38 |
| 2-40 | Piedade Rua José Batista, 152 (2º e 3º pavimentos) | 635,24 | 105,29 |
| 2-41 | Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555 | 732,88 | 918,29 |
| 2-42 | São Roque Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550 | 960,43 | 1.738,24 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| 2-43 | Sorocaba Rua Ministro Coqueijo Costa, 61 | 2.314,38 | 2.102,00 |
|------------------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| 2-44 | Tatuí Rua José Bonifácio, 170 | 1.205,01 | 795,61 |
| 2-45 | Tietê Rua do Comércio, 511 | 774,92 | 76,38 |
| TOTAL | | 11.008,92 | 8.069,79 |
| | | | |
| GRUPO 3 = CIRCUNSCRIÇÃO III | | | |
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 3-46 | Aparecida Av. Padroeira do Brasil 437 | 623,08 | 132,25 |
| 3-47 | Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28) | 608,40 | 45,87 |
| 3-48 | Campos do Jordão Rua José da Matta, 105 | 350,00 | 0,00 |
| 3-49 | Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600 | 923,91 | 277,85 |
| 3-50 | Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101 | 805,03 | 664,17 |
| 3-51 | Guaratinguetá Rua Prof. Sylvio José M. Coelho, 33 e 45 | 601,19 | 286,07 |
| 3-52 | Jacareí Av. Pensilvânia 412 | 1.508,00 | 765,30 |
| 3-53 | Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360 | 510,78 | 603,48 |
| 3-54 | Pindamonhangaba Rua Dr. Octávio Oscar C. de Souza, 85 | 475,97 | 457,06 |
| 3-55 | São José dos Campos Rua Juiz David Barrilli, 85 | 3.738,49 | 6.446,85 |
| 3-56 | São Sebastião Alameda Vereador Mário Olegário Leite, 55 | 413,54 | 29,25 |



| 3-57 | Taubaté Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº | 2.157,74 | 0,00 |
|-----------------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| 3-58 | Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691 | 504,42 | 68,81 |
| TOTAL | | 13.220,55 | 9.776,96 |
| | | | |
| GRUPO 4 = CIRCUNSCRIÇÃO IV | | | |
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 4-59 | Araraquara Av. José Bonifácio, 176 | 3.826,16 | 319,21 |
| 4-60 | Batatais Av. General Osório, 294 | 773,00 | 637,51 |
| 4-61 | Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634 | 751,47 | 521,57 |
| 4-62 | Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181 | 1.032,27 | 79,74 |
| 4-63 | Cravinhos Av. Fagundes, 196 | 1.354,57 | 103,18 |
| 4-64 | Franca Rua Frei Germano, 2310 | 1.633,83 | 427,55 |
| 4-65 | Ituverava Praça Deputado Hêlvio Nunes da Silva, 226 | 637,18 | 376,33 |
| 4-66 | Jaboticabal Rua José Bonifácio, 497 | 1.086,75 | 1.523,11 |
| 4-67 | Jaboticabal - Arquivo Praça do Café, 240 | 114,40 | 0,00 |
| 4-68 | Matão Rua Jundiaí, 1270 | 462,81 | 506,08 |
| 4-69 | Matão - Arquivo Rua João Pessoa, 1594 | 123,79 | 0,00 |
| 4-70 | Mococa Praça Marechal Deodoro, 66 | 448,48 | 109,00 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | |
|--------------|---|------------------|------------------|
| 4-71 | Morro Agudo Rua das Margaridas, 119 | 409,05 | 81,65 |
| 4-72 | Orlândia Av Quatro, 290 | 555,60 | 105,20 |
| 4-73 | Pirassununga Av. Padre Antonio Vann Ess, 1241 | 497,04 | 1.307,38 |
| 4-74 | Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950 | 1.446,43 | 1.085,06 |
| 4-75 | Ribeirão Preto-FT Rua Afonso Taranto, 105 | 4.588,82 | 3.880,11 |
| 4-76 | Ribeirão Preto - Arquivo Av. Vereador Manir Calil, 349 - Alto da Boa Vista | 2.391,00 | 2.888,66 |
| 4-77 | São Carlos Rua José Bonifácio, 888 | 1.652,40 | 87,55 |
| 4-78 | São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636 | 511,42 | 292,31 |
| 4-79 | São José do Rio Pardo Rua Coronel Marçal, 70 | 606,65 | 49,07 |
| 4-80 | Sertãozinho Rua Antonio Seron, 254 | 2.479,02 | 290,31 |
| 4-81 | Taquaritinga Av. Vicente José Parise, 1380 | 725,00 | 287,97 |
| TOTAL | | 28.107,14 | 14.958,55 |

| GRUPO 5 = CIRCUNSCRIÇÃO V | | | |
|----------------------------------|---|------------------------------|------------------------------|
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 5-82 | Andradina Rua Corumbá, 901 | 653,38 | 546,62 |
| 5-83 | Andradina - Arquivo Rua Paulo Marim, 805 - Vila Rica | 100,00 | 0,00 |
| 5-84 | Araçatuba | 1.507,84 | 415,10 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | |
|-----------------------------------|---|------------------------------|------------------------------|
| 5-85 | Birigüi Av. Yuseff Ismail Mansour, 300 | 658,03 | 161,76 |
| 5-86 | Lins Rua Val de Palmas, 168 | 734,28 | 157,49 |
| 5-87 | Penápolis Pça. Dr. Carlos Sampaio Filho, 25 | 516,34 | 253,18 |
| TOTAL | | 4.169,87 | 1.534,15 |
| | | | |
| GRUPO 6 = CIRCUNSCRIÇÃO VI | | | |
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 6-88 | Adamantina Avenida Rio Branco, 1939 | 1.054,78 | 740,71 |
| 6-89 | Assis Rua Walter Antonio Fontana, 625 | 1.749,20 | 474,80 |
| 6-90 | Dracena Rua Santos Dumont, 520 | 782,20 | 427,80 |
| 6-91 | Presidente Prudente Avenida Quatorze de Setembro, 1080 | 3.750,27 | 1.196,97 |
| 6-92 | Presidente Venceslau Rua General Osório, 37 | 609,63 | 475,45 |
| 6-93 | Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919-929 | 642,79 | 242,70 |
| 6-94 | Rancharia - Arquivo Rua Marcilio Dias, 719 | 108,68 | 0,00 |
| 6-95 | Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 774 | 912,61 | 757,76 |
| 6-96 | Tupã Rua Nhambiquaras, 604 | 728,03 | 345,76 |
| TOTAL | | 10.338,19 | 4.661,95 |
| | | | |



| GRUPO 7 = CIRCUNSCRIÇÃO VII | | | |
|------------------------------|--|-------------------|-------------------|
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 7-97 | Barretos Av. Centenário da Abolição, 1300 | 1.128,96 | 2.825,83 |
| 7-98 | Catanduva Rua Recife, 585 | 3.321,35 | 92,70 |
| 7-99 | Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros, 1651 | 768,50 | 329,93 |
| 7-100 | Jales Rua Nove, 1466 | 610,37 | 475,00 |
| 7-101 | Jales - Arquivo Av Paulo Marcondes, 1150 | 294,44 | 0,00 |
| 7-102 | José Bonifácio Av São João, 52 | 1.032,88 | 241,40 |
| 7-103 | Olímpia Rua São João, 915 | 747,00 | 497,07 |
| 7-104 | São José do Rio Preto Av. José Munia, 5500 | 3.566,74 | 3.702,32 |
| 7-105 | Tanabi Av. Gildo Savatin, 550 | 744,27 | 63,39 |
| 7-106 | Votuporanga Rua Alagoas, 2915 | 556,72 | 130,91 |
| 7-107 | Votuporanga - Arquivo Rua Piauí, 3137 | 231,18 | 0,00 |
| TOTAL | | 13.002,41 | 8.358,55 |
| | | | |
| GRUPO 8 = CIRCUNSCRIÇÃO VIII | | | |
| Item | Localidade/endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) |
| 8-108 | Avaré Rua Amaral Pacheco nº 1120 | 707,48 | 165,58 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | |
|--------------|---|------------------|------------------|
| 8-109 | Bariri Av General Osório, 543 | 489,20 | 342,57 |
| 8-110 | Bauru Rua Antonio Cintra Júnior, 3-11 | 4.189,95 | 7410,15 |
| 8-111 | Bauru - Arquivo Geral Av Alfredo Maia s/nº | 325,44 | 0,00 |
| 8-112 | Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147 | 656,33 | 1125,57 |
| 8-113 | Botucatu - Arquivo Rua Dr Cardoso de Almeida, 1018 | 183,83 | 0,00 |
| 8-114 | Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55 | 631,08 | 86,99 |
| 8-115 | Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645 | 1.104,52 | 163,35 |
| 8-116 | Itápolis Arquivo Rua Bernardino de Campos, 645(esquina Francisco com Porto) | 403,16 | 0,00 |
| 8-117 | Jaú Rua Rolando D'Amico, 121 | 1.105,18 | 493,06 |
| 8-118 | Lençóis Paulista 2ª VT Rua Carlos Trecenti, 215 | 623,62 | 3557,84 |
| 8-119 | Lençóis Paulista 1ª VT Rua Carlos Trecenti, 175 | 569,98 | 306,93 |
| 8-120 | Marília Av. Tiradentes, 580 | 1.529,10 | 1240,90 |
| 8-121 | Ourinhos Rua Paulo Sá, 565 | 822,81 | 19,83 |
| 8-122 | Pederneiras Rua José Fernandes Gil, 546 | 715,00 | 450,38 |
| 8-123 | Sta Cruz do Rio Pardo Rua Carlos Rios, 178 | 767,45 | 84,70 |
| TOTAL | | 14.824,13 | 15.447,85 |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

ANEXO "B" AO TERMO DE REFERÊNCIA

Formulário de Comprovação de Serviços Executados

Empresa: _____

Unidade do TRT: _____

Número do Contrato: _____ Número do Processo: _____

Data do agendamento: _____ () correio eletrônico () Telefone

Correio eletrônico: _____

Telefone: _____

Data da execução dos serviços: _____

Descrição dos serviços executados (a ser preenchido pela empresa):

Nome dos funcionários da empresa que executaram o serviço:

Observações do servidor do Tribunal: _____

Local e data: _____

Identificação e assinatura do Servidor do TRT que acompanhou a execução

Identificação e assinatura do Preposto/Responsável Técnico



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

ANEXO "C" AO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, (nome completo), (título profissional), devidamente registrado e habilitado no conselho (nome do conselho do profissional/UF), sob o número (número), DECLARO para todos os efeitos legais, ser o Responsável Técnico pelo acompanhamento dos serviços de

_____, conforme as exigências constantes no Edital.

(DATA)
(ASSINATURA)
(nº registro)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Grupo** para a Contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das unidades do TRT 15ª Região, incluindo o fornecimento de mão de obra e matéria, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I e na Minuta de Contrato – Anexo III, partes integrantes deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site www.comprasgovernamentais.gov.br.

| Grupo 1 | | | | |
|----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 1 | Americana Av Nossa Senhora de Fátima, 3000 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 1 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 2 | Amparo Av. Bernardino de Campos, 7 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 2 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 3 | Araras Praça Barão de Araras, 171 – 2º pavimento | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |



| Valor total – item 3 (R\$) | | | | |
|----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 4 | Atibaia Rua João Pires, 1200 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 4 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 5 | Bragança Paulista Av. dos Imigrantes, 1387 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 5 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 6 | Campinas - Ed.-Sede Judiciário Rua Barão de Jaguara, 901 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 6 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 7 | Campinas - Edifício Sede Adm Rua Conceição, 150 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Valor total – item 7 (R\$) | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 8 | Campinas - Anexo Barão 945 Barão de Jaguara, 945 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 8 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 9 | Campinas - Anexo Administrat. II (almox) Rua Ângela Signori Grigol, 05 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 9 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 10 | Campinas - Anexo Administrat. III (Amarais) Av. Dário Freire Meireles, 335 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 10 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 11 | Paulínea - Arquivo Betel Av. Joaquim Arico, 34 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 11 (R\$) | | | | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| 12 | Campinas - Fórum Trabalhista Av. José de Souza Campos, 422 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 12 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 13 | Campinas - Casa Anexa ao FT Campinas Rua Odila Maria Rocha Brito, 77 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 13 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 14 | Campo Limpo Paulista Av. Adherbal da Costa Moreira, 1055 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 14 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 15 | Capivari Rua General Osório, 1174/1188 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 15 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|----|--|---|-------------------------------|--|
| 16 | Espírito Sto Pinhal Rua Dr. João Mendes, 126 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 16 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|---------------------------------------|------|-------------------------------|----------------|
| 17 | Hortolândia Av. Anhanguera, 252 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 17 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|---|------|-------------------------------|----------------|
| 18 | Indaiatuba Rua das Primaveras, 3021 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 18 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|--|------|-------------------------------|----------------|
| 19 | Itapira Rua Conselheiro Dantas, 79 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 19 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|-----------|------|---------|----------------|
|------|-----------|------|---------|----------------|



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|----|-------------------------------------|---|-------------------------------|--|
| 20 | Itatiba Avenida da Saúde, 584 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 20 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|----------------------------|------|-------------------------------|----------------|
| 21 | Itu Rua Santa Cruz, 533 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 21 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|-------------------------------------|------|-------------------------------|----------------|
| 22 | Jundiaí Rua da Padroeira, 499 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 22 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|----------------------------------|------|-------------------------------|----------------|
| 23 | Leme Rua Newton Prado, 148 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |

Valor total – item 23 (R\$)

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|------|-----------|------|---------|----------------|
|------|-----------|------|---------|----------------|



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| 24 | Limeira Rua Henrique Jacobs, 2040 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 24 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 25 | Mogi Guaçu Avenida Brasil, 4801 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 25 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 26 | Mogi Mirim Rua Luiz Gonzaga Guerreiro, 80 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 26 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 27 | Paulínia Av dos Expedicionários, 1500 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 27 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 28 | | 1 | Desinsetização Semestral | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | Pedreira Rua Presidente Getúlio Vargas, 150 | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 28 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 29 | Piracicaba Rua João Pedro Correa, 810 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 29 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 30 | Rio Claro Avenida Cidade Judiciária, 289 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 30 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 31 | Salto Rua José Galvão, 196 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 31 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 32 | Santa Bárbara D'Oeste Rua General Osório, 83 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 32 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 33 | São João da Boa Vista Rua Luis Preveiro, 91 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 33 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 34 | Sumaré Rua Ernesto Barijan, 645 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 34 (R\$) | | | | |
| Valor total – Grupo 1 (R\$) | | | | |

| Grupo 2 | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 35 | Capão Bonito Rua Rafael Machado Neto, 328 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 35 (R\$) | | | | |



| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| 36 | Itanhaém Av. Rui Barbosa,12 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 36 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 37 | Itapetininga Rua Quintino Bocaiuva, 784 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 37 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 38 | Itapeva Av Dr José Ermírio de Moraes, 1070 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 38 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 39 | Itararé Rua 28 de Agosto, 375 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 39 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| 40 | Piedade Rua José Batista, 152 (2º e 3º pavimentos) | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 40 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 41 | Registro Av. Clara Gianotti de Souza, 1555 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 41 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 42 | São Roque Rua Dr. Ângelo Menegusso, 550 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 42 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 43 | Sorocaba Rua Ministro Coqueijo Costa, 61 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 43 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 44 | | 1 | Desinsetização Semestral | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | Tatuí Rua José Bonifácio, 170 | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
|-----------------------------|-------------------------------------|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 44 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 45 | Tietê Rua do Comércio, 511 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 45 (R\$) | | | | |
| Valor total – Grupo 2 (R\$) | | | | |

| Grupo 3 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 46 | Aparecida Av. Padroeira do Brasil 437 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 46 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 47 | Caçapava Rua Treze de Maio, 40 (salas 15 a 28) | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 47 (R\$) | | | | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| 48 | Campos do Jordão Rua José da Matta, 105 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 48 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 49 | Caraguatatuba Av. Presciliana de Castilho, 600 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 49 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 50 | Cruzeiro Rua Sebastião Vieira da Silva, 101 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 50 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 51 | Guaratinguetá Rua Prof. Sylvio José M. Coelho, 33 e 45 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 51 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| 52 | Jacareí Av. Pensilvânia 412 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 52 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 53 | Lorena Av. Dr. Peixoto de Castro, 360 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 53 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 54 | Pindamonhangaba Rua Dr. Octávio Oscar C. de Souza, 85 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 54 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 55 | São José dos Campos Rua Juiz David Barrilli, 85 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 55 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 56 | | 1 | Desinsetização Semestral | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | São Sebastião Alameda Vereador Mário Olegário Leite, 55 | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 56 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 57 | Taubaté Av. Brigadeiro José Vicente de Faria Lima, s/nº | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 57 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 58 | Ubatuba Av. Rio Grande do Sul, 691 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 58 (R\$) | | | | |
| Valor total – Grupo 3 (R\$) | | | | |

| Grupo 4 | | | | |
|----------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 59 | Araraquara Av. José Bonifácio, 176 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |



| Valor total – item 59 (R\$) | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 60 | Batatais Av. General Osório, 294 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 60 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 61 | Bebedouro Rua Dr. Oscar Werneck, 634 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 61 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 62 | Cajuru Rua Coronel Manoel Caetano, 181 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 62 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 63 | Cravinhos Av. Fagundes, 196 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 63 (R\$) | | | | |



| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| 64 | Franca Rua Frei Germano, 2310 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 64 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 65 | Ituverava Praça Deputado Hélvio Nunes da Silva, 226 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 65 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 66 | Jaboticabal Rua José Bonifácio, 497 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 66 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 67 | Jaboticabal - Arquivo Praça do Café, 240 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 67 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| 68 | Matão Rua Jundiáí, 1270 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 68 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 69 | Matão - Arquivo Rua João Pessoal, 1594 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 69 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 70 | Mococa Praça Marechal Deodoro, 66 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 70 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 71 | Morro Agudo Rua das Margaridas, 119 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 71 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 72 | | 1 | Desinsetização Semestral | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| | Orlândia Av Quatro, 290 | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 72 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 73 | Pirassununga Av. Padre Antonio Vann Ess, 1241 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 73 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 74 | Porto Ferreira Av. Júlio de Oliveira Dorta, 950 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 74 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 75 | Ribeirão Preto–FT Rua Afonso Taranto, 105 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 75 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 76 | Ribeirão Preto – Arquivo Rua Vereador Manir Calil, 349 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 76 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 77 | São Carlos Rua José Bonifácio, 888 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 77 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 78 | São Joaquim da Barra Rua Voluntário Geraldo, 1636 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 78 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 79 | São José do Rio Pardo Rua Coronel Marçal, 70 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 79 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 80 | Sertãozinho Rua Antonio Seron, 254 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 80 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 81 | Taquaritinga Av. Vicente José Parise, 1380 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 81 (R\$) | | | | |
| Valor total – Grupo 4 (R\$) | | | | |

| Grupo 5 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 82 | Andradina Rua Corumbá, 901 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 82 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 83 | Andradina - Arquivo Rua Paulo Marim, 805 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 83 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 84 | | 1 | Desinsetização Semestral | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| | Araçatuba Rua Duque de Caxias, 2130 | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 84 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 85 | Birigüi Av. Yuseff Ismail Mansour, 300 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 85 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 86 | Lins Rua Val de Palmas, 168 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 86 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 87 | Penápolis Pça. Dr. Carlos Sampaio Filho, 25 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 87 (R\$) | | | | |
| Valor total – Grupo 5 (R\$) | | | | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Grupo 6 | | | | |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 88 | Adamantina Avenida Rio Branco, 1939 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 88 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 89 | Assis Rua Walter Antonio Fontana, 625 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 89 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 90 | Dracena Rua Santos Dumont, 520 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 90 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 91 | Presidente Prudente Avenida Quatorze de Setembro,1080 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 91 (R\$) | | | | |



| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
|-----------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| 92 | Presidente Venceslau Rua General Osório, 37 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 92 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 93 | Rancharia Av. Pedro de Toledo, 919-929 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 93 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 94 | Rancharia - Arquivo Rua Marcilio Dias, 719 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 94 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 95 | Teodoro Sampaio Rua Alberto Amador, 774 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 95 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|-----------------------------|----------------------------------|---|-------------------------------|--|
| 96 | Tupã Rua Nhambiquaras, 604 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 96 (R\$) | | | | |
| Valor total – Grupo 6 (R\$) | | | | |

| Grupo 7 | | | | |
|-----------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 97 | Barretos Av. Centenário da Abolição, 1300 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 97 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 98 | Catanduva Rua Recife, 585 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 98 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 99 | Fernandópolis Av. Expedicionários Brasileiros,1651 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|------------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 99 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 100 | Jales Rua Nove, 1466 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 100 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 101 | Jales - Arquivo Avenida Paulo Marcondes, 1150 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 101 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 102 | José Bonifácio Av São João, 52 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 102 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 103 | Olímpia Rua São João, 915 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Valor total – item 103 (R\$) | | | | |
|------------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 104 | São José do Rio Preto Av. José Munia, 5500 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 104 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 105 | Tanabi Av. Gildo Savatin, 550 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 105 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 106 | Votuporanga Rua Alagoas, 2915 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 106 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 107 | Votuporanga - Arquivo Rua Piauí, 3137 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 107 (R\$) | | | | |



| | |
|------------------------------------|--|
| Valor total – Grupo 7 (R\$) | |
|------------------------------------|--|

| Grupo 8 | | | | |
|------------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 108 | Avaré Rua Amaral Pacheco nº 1120 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 108 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 109 | Bariri Av General Osório, 543 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 109 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 110 | Bauru Rua Antonio Cintra Júnior, 3-11 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 110 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 111 | Bauru - Arquivo Geral Av. Alfredo Maia, s/n | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| | | | | |
|------------------------------|---|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 111 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 112 | Botucatu Rua Joaquim Lyra Brandão, 147 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 112 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 113 | Botucatu - Arquivo Rua Dr. Cardoso de Almeida, 1018 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 113 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 114 | Garça Av. Dr. Rafael Paes de Barros, 55 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 114 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 115 | Itápolis Rua Bernardino de Campos, 645 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | | | | |
|------------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 115 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 116 | Itápolis - Arquivo Rua Bernardino de Campos, 645 (esquina Francisco com Porto) | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 116 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 117 | Jaú Rua Rolando D'Amico, 121 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 117 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 118 | Lençóis Paulista 2ª VT Rua Carlos Trecenti, 215 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 118 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 119 | Lençóis Paulista 1ª VT Rua Carlos Trecenti, 175 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 9447/2020-1

| Valor total – item 119 (R\$) | | | | |
|------------------------------|--|------|-------------------------------|----------------|
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 120 | Marília Av. Tiradentes, 580 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 120 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 121 | Ourinhos Rua Paulo Sá, 565 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 121 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 122 | Pederneiras Rua José Fernandes Gil, 546 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 122 (R\$) | | | | |
| Item | Descrição | Qtde | Unidade | Valor Unitário |
| 123 | Sta Cruz do Rio Pardo Rua Carlos Rios, 178 | 1 | Desinsetização Semestral | |
| | | 1 | Desinsetização Extraordinária | |
| | | 1 | Sanitização Interna | |
| | | 1 | Sanitização Externa | |
| Valor total – item 123 (R\$) | | | | |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | |
|------------------------------------|--|
| Valor total – Grupo 8 (R\$) | |
|------------------------------------|--|

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa licitante



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

ANEXO III AO EDITAL – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA CONTRATO Nº ____/2020 PROAD Nº 9447/2020

Aos ____ (_____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte, na sede do E. TRT da 15ª Região, localizada na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, Campinas/SP, CEP 13015-927, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**, daqui por diante denominado meramente **TRT**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado por sua Secretária da Administração, _____, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, por subdelegação de competência, pela Portaria DG 01/2018, artigo 3º, alínea “a”, publicada no DEJT – Caderno Administrativo – de 13/12/2018, e a empresa _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Av./Rua _____/SP, CEP _____, ora representada por seu _____, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, em conformidade com o resultado do Processo nº PROAD 9447/2020, homologado no documento nº ____ do referido processo, resolvem firmar o presente contrato, regido pela Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, dos serviços especializados de desinsetização, desratização, sanitização e eliminação de outras pragas urbanas nas dependências das Unidades do TRT.

Parágrafo Primeiro – O objeto do contrato compreende ainda:

- I - controle sanitário integrado no combate a pragas e agentes biológicos, tais como insetos, baratas, roedores, escorpiões, aranhas, etc.;
- II - combate a larvas de mosquito *Aedes aegypti* nos locais onde possa acumular água; e
- III – em caráter extraordinário, prestação de serviços de sanitização para eliminação de micro-organismos como vírus, bactérias, fungos e ácaros.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA se responsabilizará pelo fornecimento da mão de obra, produtos químicos e todos os demais insumos necessários à execução dos serviços, sem qualquer custo adicional para o TRT.

Parágrafo Terceiro – A execução do objeto contratado deverá observar integralmente as especificações técnicas e orientações contidas no Termo de Referência, incluindo seus Anexos, que compuseram o edital que orientou o respectivo procedimento licitatório, consideradas partes integrantes deste contrato como se nele estivessem integralmente transcritas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO, DOS PRAZOS E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS - Os serviços de dedetização, desratização e eliminação de pragas deverão ser executados ordinariamente através de aplicações semestrais dos respectivos produtos, nas dependências das Unidades do TRT, conforme quadro constante na cláusula nona.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal administrativo do contrato cronograma de execução dos serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, informando os locais que serão atendidos, a data e o prazo da execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - A primeira aplicação dos produtos deverá ser iniciada em, no máximo, 15 (quinze) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato. Os serviços deverão ser executados, concomitantemente, em todas as Unidades do TRT, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos.

Parágrafo Terceiro - Os serviços extraordinários deverão ser realizados no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos a contar da solicitação do TRT, quando necessária aplicação dos produtos:

- a) contra ataque de escorpiões;
- b) visando a eliminação de pragas que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações; e
- c) para corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia.

Parágrafo Quarto - As chamadas para o atendimento de que trata a alínea "c", do parágrafo anterior, não implicará em qualquer ônus adicional ao valor contratado e correrá às expensas da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Em situações de ataques maciços de pragas e insetos ou havendo necessidade de sanitização, consideradas emergenciais a critério do TRT, será solicitada a intervenção da CONTRATADA, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) horas, contadas da abertura do chamado pela respectiva Unidade do TRT.

Parágrafo Sexto - Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser por ela garantidos por, no mínimo, 90 (noventa) dias, por cada etapa de aplicação, contados a partir do ateste da nota fiscal /fatura pelo fiscal do contrato.

Parágrafo Sétimo - Todo serviço insuficiente/defeituoso poderá ser interrompido e/ou refeito quando solicitado pela fiscalização do contrato, sem ônus para o TRT.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA deverá agendar, junto ao fiscal da Unidade do TRT, dia e hora do início da prestação dos serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, salvo serviços extraordinários e de emergência. Os serviços deverão ser executados preferencialmente aos sábados, definidos conforme a complexidade de cada área, e com supervisão do fiscal da Unidade do TRT.

Parágrafo Nono - A solicitação dos serviços vinculados ao contrato dar-se-á preferencialmente por escrito, podendo a CONTRATADA ser acionada por telefone em casos extraordinários.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

Parágrafo Décimo – Os endereços e os respectivos telefones das Unidades estarão disponíveis no site <https://trt15.jus.br/contato/informacoes-das-varas>. Caso necessário, o contato com a Seção de Conservação Adequação Instalações da Coordenadoria de Manutenção do TRT deverá ser realizado, das 12h às 18h, pelo endereço eletrônico instalacoes.manutencao@trt15.jus.br ou telefone (19) 3231-9500, ramais 2505/2508.

Parágrafo Décimo Primeiro – A CONTRATADA deverá utilizar na execução dos serviços contratados produto atóxico e inodoro de primeira qualidade, não sendo aconselhável que pessoas, fora os profissionais que estejam realizando o procedimento, permaneçam no local. A aplicação desses produtos será realizada através de micro pulverização, termo nebulização e aplicação de gel para formigas, moscas, escorpiões, insetos rasteiros e oferta de iscas para roedores, conforme legislação e normas vigentes. Somente poderão ser utilizados os produtos desinfetantes devidamente registrados no Ministério da Saúde, respondendo o Responsável Técnico da CONTRATADA pela sua aquisição, utilização e controle. O Responsável Técnico da CONTRATADA deverá apresentar declaração de responsabilidade, conforme ANEXO “E” ao Termo de Referência.

Parágrafo Décimo Segundo – Todos os procedimentos de preparo de soluções, a técnica de aplicação, a utilização e a manutenção de equipamentos deverão estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados.

Parágrafo Décimo Terceiro – A CONTRATADA deverá pulverizar todos os focos primários (tubulações, caixas de esgotos, gordura, inspeção e passagens, ralos de banheiro e grelhas, dutos de esgoto, elétricos e telefone, forros, nos telhados, nas divisórias e demais dependências) com produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nesses locais.

Parágrafo Décimo Quarto – Após a execução dos serviços, todo o perímetro de intervenção deverá estar desprovido de quaisquer resíduos, vasilhames e embalagens, que serão acondicionados em recipientes adequados e corretamente descartados pela CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Quinto – Concluída as aplicações, a CONTRATADA deverá efetuar a limpeza da área, observando a não utilização de alvejantes, produtos de limpeza convencionais, detergentes ou semelhantes, uma vez que a utilização deles pode prejudicar o resultado final do processo, se forem aplicados antes de completadas 24 (vinte quatro) horas dos serviços, bem como entregar a área desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

Parágrafo Décimo Sexto – Os serviços e a movimentação de materiais deverão ser executados sem prejuízo das atividades normais do TRT 15.

Parágrafo Décimo Sétimo – Durante o prazo de garantia previsto no parágrafo sexto desta cláusula, a CONTRATADA deverá efetuar tantas aplicações corretivas quantas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de insetos e pragas.

Parágrafo Décimo Oitavo – Em havendo cisão, incorporação, fusão ou mudança da razão social da CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, pelo TRT, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as



normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação de riscos de insucesso na execução do objeto contratado.

Parágrafo Décimo Nono – O prazo de adimplemento das obrigações contratadas admite prorrogação, nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida pelo TRT contemporaneamente ao fato que a ensejar.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ACRÉSCIMO DE NOVAS UNIDADES OU MUDANÇA DE ENDEREÇO – A eventual criação de novas unidades ou mudança de prédio de unidades existentes do TRT deverão ser acomodadas neste contrato, por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do art. 65, parágrafo primeiro, da Lei 8.666/1993.

Parágrafo Único – Os acréscimos serão processados mediante prévia apresentação pela CONTRATADA de orçamento para esse fim, que deverá considerar a metragem e as especificidades do novo prédio, devendo consignar, ainda, justificativa detalhada para as seguintes hipóteses:

I – Para unidades novas, em cidades que ainda não possuem outras unidades do TRT, caso o preço por metro quadrado exceda ao valor médio cobrado por metro quadrado, considerados os preços por metro quadrado de todas as unidades da respectiva circunscrição; e

II – Para mudança de prédio de unidades já contempladas por esta contratação, caso o valor por metro quadrado seja superior ao valor por metro quadrado praticado para o prédio antigo.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA deverá envidar os melhores esforços para assegurar e desenvolver a qualidade do serviço contratado, bem como se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, obrigando-se ainda a:

- 1) executar o objeto contratado dentro dos padrões de saúde, por intermédio de pessoas devidamente qualificadas, sendo que todos os produtos e materiais necessários à execução dos serviços ficarão sob a guarda e responsabilidade da CONTRATADA;
- 2) fornecer quaisquer materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à plena execução dos serviços, identificando-os de forma a não serem confundidos com similares porventura pertencentes ao TRT ou a terceiros;
- 3) nomear, na data da assinatura do contrato, preposto, aceito pelo TRT, qual seja um profissional inscrito no Conselho respectivo, de acordo com a Portaria nº 09 de novembro de 2000 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar no tocante à atuação dos trabalhadores. Tal profissional reporta-se-á ao fiscal administrativo do contrato;
- 4) fornecer número de telefone e endereço eletrônico para contato do preposto, a fim de atender às solicitações do TRT;
- 5) reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos



materiais empregados ou da execução dos serviços, não consistindo tal fato em justificativa para atraso na execução dos serviços;

- 6) utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores;
- 7) responsabilizar-se por todos os danos eventualmente causados a pessoas e ao patrimônio do TRT , prédios de Campinas e demais unidades do interior do Estado, promovendo o ressarcimento dos danos decorrentes da execução dos serviços;
- 8) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço ou em conexão com ele, ainda que ocorrido nas dependências do TRT;
- 9) responsabilizar-se pela execução e cumprimento dos prazos e garantias dos serviços contratados;
- 10) responsabilizar-se pelo fornecimento aos seus funcionários de todos os EPI's, exigindo e fiscalizando sua utilização durante a execução dos serviços, bem como atender a todos os protocolos de segurança individuais frente à pandemia de Covid-19 publicadas pelo TRT e seus Órgãos superiores, pelos Órgãos de Controle de Saúde, em decretos Municipais, Estaduais ou Federais, ou outros que vierem a ser publicados;
- 11) providenciar para que todos os seus funcionários apresentem-se ao local da execução dos serviços devidamente uniformizados;
- 12) executar os serviços de acordo com as instruções administrativas determinadas pelo TRT através da Unidade responsável pela fiscalização dos serviços contratados;
- 13) utilizar profissionais em número adequado para execução dos serviços propostos;
- 14) utilizar equipamentos em número suficiente para a aplicação dos produtos sem interrupção, bem como munir-se de equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito;
- 15) não submeter seus funcionários e terceiros à exposição direta aos produtos aplicados;
- 16) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência do TRT;
- 17) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais e mão de obra empregados na execução do mesmo;
- 18) dirigir o pessoal adequado e capacitado que necessitar para a execução do objeto do presente contrato, correndo por sua conta e risco toda a responsabilidade, não tendo o TRT nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal;
- 19) efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer funcionário das dependências do TRT , cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços;
- 20) comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, a impossibilidade de qualquer obrigação contratual, para adoção de providências cabíveis;
- 21) apresentar Formulário de Comprovação de Serviços Executados ao gestor do contrato, conforme Anexo "C" ao Termo de Referência, juntamente com a nota fiscal,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

devidamente preenchido e assinado pelos responsáveis. O comprovante de execução dos serviços deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome do cliente;
 - b) endereço do imóvel;
 - c) praga(s) alvo;
 - d) data de execução dos serviços;
 - e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
 - f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
 - g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
 - h) orientações pertinentes ao serviço executado;
 - i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
 - j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e
 - k) identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.
- 22) Manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidos e atualizados, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
- a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
 - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 23) observar as recomendações pertinentes, constantes do "Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho", instituído pelo CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução nº 103, de 25/05/2012), e em especial as seguintes:
- a) obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços, fiscalizando o seu uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE:
 - b.1) a CONTRATADA deverá orientar, fornecer e fiscalizar seus empregados quanto ao uso de EPI's, em especial o disposto no Decreto Estadual nº 64.959/2020 e Resolução CNJ nº 322, de 1º de junho de 2020, que dispõem, dentre outros, sobre o uso obrigatório de máscaras de proteção facial durante a execução dos serviços.
 - c) manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual:



- c.1) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011; e
 - c.2) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.
 - d) utilizar, preferencialmente, produtos de baixo impacto ambiental;
 - e) observar a disposição final, ambientalmente adequada, dos rejeitos, bem como a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos;
 - f) optar, preferencialmente, por produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);
 - g) adotar procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;
 - h) estar em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;
 - i) aplicar produtos devidamente aprovados pela ANVISA;
 - j) efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, promovendo sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Lei nº 12.305/2010.
- 24) responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos equipamentos, materiais e pessoal assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante desta contratação, respondendo por quaisquer danos causados até a entrega final dos serviços;
- 25) providenciar todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com impostos, taxas, fretes, estiva, contribuições sociais e demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação assumida;
- 26) designar responsável a ser contatado para atender às necessidades exigidas no controle de incidências, não sendo obrigatória a sua permanência em período integral nas dependências do Tribunal ou de suas unidades;
- 27) não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, os serviços objeto deste contrato, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial a que se refere a cláusula vinte e um, desde que previamente autorizada por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;
- 28) comunicar ao TRT, por escrito, no prazo de até 30 (trinta) dias, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa durante a vigência deste contrato,



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

encaminhando, juntamente com a comunicação, cópia do documento de formalização da respectiva alteração;

29) responsabilizar-se por qualquer dano causado ao imóvel durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

– A CONTRATADA será responsabilizada civilmente por danos causados diretamente ao TRT ou a terceiros na execução do contrato ou, ainda, por danos provocados por seus profissionais aos bens e instalações onde estiverem desenvolvendo suas atribuições e pelo extravio de documentos ou objetos do TRT, quando comprovados dolo, negligência, imprudência ou imperícia. Deverá a CONTRATADA proceder, imediatamente, aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião dos pagamentos dos serviços.

Parágrafo Único – A CONTRATADA responderá também, administrativamente, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA – Fica vedado à CONTRATADA:

1. A contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes de ocupantes de cargo de direção e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT, nos termos do que dispõe o artigo 3º da Resolução nº 7, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, com redação dada pela Resolução nº 9/2005;
2. Subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste contrato;
3. Sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação; e
4. Caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência do TRT.

Parágrafo Primeiro – A vedação a que se refere o item “1” do caput desta cláusula alcança o parentesco natural e civil, na linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Segundo – O descumprimento das disposições desta cláusula ensejará a rescisão do presente contrato, com as consequências pertinentes à rescisão por culpa da CONTRATADA, nos termos da cláusula dezenove.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA DO CONTRATO – Para segurança do TRT quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a contratada deverá apresentar, no prazo de 20 dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, a garantia, no montante de 3% (três por cento) calculado sobre o valor total deste contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da lei nº 8.666/1993, com validade a



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

partir do início da vigência contratual e até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

Parágrafo Primeiro – A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Parágrafo Segundo – Quanto ao valor da garantia, caso ocorra acréscimo contratual, em conformidade com o artigo 65, parágrafo primeiro, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA se obriga a oferecer a garantia respectiva, anteriormente à assinatura do termo aditivo contratual correspondente e conforme o *caput* desta cláusula.

Parágrafo Terceiro – Na eventualidade da ocorrência de prorrogação da vigência contratual, a CONTRATADA deverá renovar a garantia originalmente eleita, observadas as disposições desta cláusula.

Parágrafo Quarto – A garantia, na modalidade caução em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor do TRT.

Parágrafo Quinto – A garantia prestada pela CONTRATADA só será liberada ou restituída após 3 (três) meses do término da vigência contratual, do recebimento definitivo do objeto deste contrato e do processamento de qualquer procedimento administrativo ou judicial para aplicação de penalidade e da verificação da inexistência dos prejuízos dispostos no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sexto – O atraso superior ao prazo estabelecido no *caput* desta cláusula autoriza o TRT a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

Parágrafo Sétimo – O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior desta cláusula não gera direito a qualquer tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no parágrafo sexto desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO TRT - O TRT se obriga a:

- 1) gerenciar e cumprir o contrato;
- 2) prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

- 3) permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA a fim de que possa executar suas tarefas, na forma estabelecida pelo TRT;
- 4) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, desde que pertinentes ao objeto;
- 5) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados que estejam em desacordo com as especificações técnicas anteriormente apresentadas;
- 6) exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores especialmente designados, e documentar as ocorrências havidas;
- 7) fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitados pela CONTRATADA, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- 8) agendar reunião com a CONTRATADA, quando necessário;
- 9) Efetuar os pagamentos de acordo com as orientações contidas neste contrato.

CLÁUSULA NONA: DOS VALORES – O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), considerando os seguintes valores unitários para as Unidades do TRT:

LOTE ____ - CIRCUNSCRIÇÃO ____

| Item | Localidade / endereço | Área Interna (m²) | Área Externa (m²) | Área Total (m²) | Dedetização Semestral Área Total (R\$) | Dedetização Extraordinária Área Total (R\$) | Sanitização Extraordinária Área Interna (R\$) | Sanitização Extraordinária Área Externa (R\$) |
|------|-----------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

Parágrafo Único – Já estão incluídos nos valores estabelecidos no *caput* desta cláusula todos os custos diretos e indiretos, tributos, taxa de administração, lucros, produtos, serviços e quaisquer outros encargos inerentes ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA DEZ: DO REAJUSTE– O valor dos serviços contratados será reajustado anualmente, a contar da data da sessão pública de apresentação da proposta, prevista no edital ao qual está vinculado este contrato, pela variação do IPCA-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) verificada nos últimos doze meses anteriores ao reajuste.

CLÁUSULA ONZE: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO – A execução do objeto deste contrato será acompanhada pelos seguintes servidores do TRT, designados gestores do contrato, que terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

- I – Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini, Coordenadora de Manutenção do TRT, para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945;
- II – João de Deus Nogueira da Silva, Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado do TRT, para o prédio Anexo Almoxarifado;
- III – Sandra Amador Costa Souza, Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário do TRT, para o prédio do Anexo Betel;
- IV – Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do Fórum, para os prédios do Fórum Trabalhista; e
- V – Diretor responsável Pela Vara, para os prédios da Vara do Trabalho.

Parágrafo Primeiro – O gestor deste contrato será auxiliado:

- I – Nas funções de fiscalização demandante:
- a) Maria Aparecida Gruli Deboni Leoncini, Coordenadora de Manutenção do TRT, para os Edifícios Sede Administrativa, Edifício Sede Judiciária e Anexo 945;
- b) João de Deus Nogueira da Silva, Assistente Chefe da Seção de Almoxarifado do TRT, para o prédio Anexo Almoxarifado;
- c) Sandra Amador Costa Souza, Assistente Chefe da Seção de Gestão de Arquivo Intermediário do TRT, para o prédio do Anexo Betel;
- d) Diretor responsável pela Secretaria da Vara do Trabalho vinculada ao Juiz Diretor do Fórum, para os prédios do Fórum Trabalhista; e
- e) Diretor responsável Pela Vara, para os prédios da Vara do Trabalho.
- II – Nas funções de fiscalização técnica do contrato, pelo servidor Ildevan Domingues Andrade, da Seção de Conservação e Adequação de Instalações do TRT; e
- III – Nas funções de fiscalização administrativa do contrato, pelo servidor André Luís Tomadão, Assistente-Chefe da Seção de Controle da Execução da Coordenadoria de Contratos do TRT.

Parágrafo Segundo – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao TRT ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DOZE: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – Para aferição da qualidade da execução do objeto contratado, as partes convencionam o seguinte IMR – Instrumento de Medição de Resultados:

| Indicador 1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos para aplicações semestrais | |
|--|---|
| Finalidade | Garantir a realização tempestiva dos serviços contratados conforme Termo de Referência e Edital |
| Meta a cumprir | Executar os serviços contratados dentro dos prazos estipulados no cronograma a ser aprovado junto à Fiscalização Administrativa |
| Instrumento de Medição | Registro de cada ocorrência em planilha própria |



| | |
|--|--|
| Forma de Acompanhamento | Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor |
| Periodicidade | Semestral |
| Mecanismo de cálculo | nº de dias de atraso |
| Faixas de Ajuste no pagamento dos serviços | <ul style="list-style-type: none"> - 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento); - até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento); - de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento); - de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros por cento); |
| Sanções | Acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula dezoito. |

| Indicador 2 – Pontualidade de atendimento de Aplicações Extraordinárias e Extraordinárias Emergenciais | |
|---|---|
| Finalidade | Garantir atendimento aos chamados para aplicação extraordinária e para aplicação extraordinária emergencial |
| Meta a cumprir | <p>1. Atendimento em até 2 (dois) dias corridos, contados a partir do chamado, para aplicações extraordinárias emergenciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A aplicação contra ataque de escorpiões a ser executada mediante solicitação do TRT; b) A aplicação visando a eliminação de insetos, baratas, ratos, etc., que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações; c) na correção de falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo de garantia; e <p>2. Atendimento em até 6 (seis) horas corridas para aplicações extraordinárias emergenciais, contados a partir do chamado.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Em situações de ataques maciços de pragas e insetos; b) Na necessidade de sanitização |
| Instrumento de Medição | Registro de cada ocorrência em planilha própria, por dia de atraso para o item "1" e por hora de atraso para o item "2". |
| Forma de Acompanhamento | Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor |
| Periodicidade | Por solicitação de aplicação extraordinária |
| Mecanismo de cálculo | 1. Para aplicações extraordinárias: número de dias em atraso; e |



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

| | |
|--|---|
| | 2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: serão contados e somados os minutos inteiros que excederem o prazo de 30 minutos, para cada chamado de emergência extraordinária ocorrido no mês. |
| Faixas de Ajuste no pagamento dos serviços | <p>1. Para aplicações extraordinárias:</p> <ul style="list-style-type: none">- 0 (zero) dias de atraso = 100% (cem por cento);- até 02 (dois) dias de atraso = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento);- de 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso = 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento);- de 6 (seis) a 8 (oito) dias de atraso = 99,00% (noventa e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento); e <p>2. Para aplicações extraordinárias emergenciais:</p> <ul style="list-style-type: none">- 0 (zero) hora = 100% (cem por cento);- até 6 (seis) horas = 99,75% (noventa e nove inteiros e setenta e cinco décimos por cento);- de 6 (seis) a 12 (doze) horas = 99,50% (noventa e nove inteiros e cinquenta décimos por cento);- de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) horas = 99,00% (noventa e nove inteiros por cento). |
| Sanções | <p>1. Para aplicações extraordinárias: acima de 8 (oito) dias de atraso, conforme cláusula dezoito; e</p> <p>2. Para aplicações extraordinárias emergenciais: acima de 24 (vinte e quatro) horas de atraso, conforme cláusula dezoito.</p> |

| Indicador 3 – Disponibilização de informações sobre o serviço prestado para a Unidade do TRT 15 | |
|--|--|
| Finalidade | Nos locais onde houver a aplicação do produto deverão ser afixadas informações sobre a data de colocação do produto, o produto utilizado, toxicologia, data de validade do lote, telefone do centro de informação toxicológica e dados da empresa: nome, endereço, telefone, CNPJ. |
| Meta a cumprir | Disponibilizar formulário contendo informações detalhadas sobre o serviço prestado |
| Instrumento de Medição | Registro de cada ocorrência em planilha própria, por aplicação |
| Forma de Acompanhamento | Acompanhamento da execução do contrato pelo fiscal/gestor |
| Periodicidade | Por cada aplicação realizada |



| | |
|--|---|
| Mecanismo de cálculo | Por cumprimento da obrigação, apresentando formulário para o diretor da Unidade |
| Faixas de Ajuste no pagamento dos serviços | <ul style="list-style-type: none">- Formulário apresentado = 100% (cem por cento);- após cobrança expressa do gestor e no prazo máximo de 5 dias corridos = 99,00% (noventa e nove por cento);- de 6 (seis) dias até 10 (dez) dias corridos = 98,00 % (noventa e oito por cento);- acima de 11 (onze) dias corridos = 97,00 % (noventa e sete por cento);- formulário não apresentado = 90,00% (noventa por cento); |
| Sanções | Conforme cláusula dezoito, aplicadas além da Faixa de Ajuste no Pagamento. |

CLÁUSULA TREZE: DO FATURAMENTO – No texto das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão constar: a descrição do objeto contratado, o mês a que se refere, os valores unitários e total, e o número do processo que deu origem a esta contratação (PROAD nº 9447/2020).

Parágrafo Primeiro - Antes da emissão da nota fiscal a CONTRATADA deve consultar o gestor do contrato para obter informações sobre o IMR tratado na cláusula doze, para que a fatura emitida já considere os eventuais descontos dele resultantes.

Parágrafo Segundo – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir da conclusão dos respectivos serviços e entregues na Unidade onde foram executados.

Parágrafo Terceiro – As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo respectivo gestor deste contrato no ato do seu recebimento.

CLÁUSULA QUATORZE: DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – Os serviços executados em conformidade com os termos deste contrato serão recebidos definitivamente pelo gestor, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993, em até 3 (três) dias úteis após o protocolo da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, no Setor responsável da Unidade Trabalhista onde serão prestados os serviços.

Parágrafo Primeiro – Para os fins do disposto no *caput* desta cláusula, o recebimento definitivo dos serviços objeto deste contrato consistirá na atestação da respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, pelo gestor. Caso detecte alguma desconformidade, o responsável pela atestação da Nota Fiscal, acionará a CONTRATADA para prestar o atendimento às solicitações do TRT no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

Parágrafo Segundo – Serão rejeitados, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados, observado o disposto no item "5", da cláusula quarta.



Parágrafo Terceiro – Se houver erro nas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, ou a ocorrência do disposto no parágrafo anterior, ou a ausência do comprovante de execução dos serviços, conforme previsto no item “21” da cláusula quarta, ou ainda qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento suspenso, não podendo a CONTRATADA interromper a execução do contrato até o saneamento das irregularidades. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

CLÁUSULA QUINZE: DO PAGAMENTO – O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos serviços, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta-corrente indicada pela CONTRATADA no processo licitatório.

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura/boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS/PASEP, CONFINS, ISSQN, INSS). No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela CONTRATADA e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos pelo TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

Parágrafo Segundo – As regularidades referidas no item “22” da cláusula quarta serão verificadas pela área Administrativa do TRT por ocasião de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. No caso de qualquer daqueles documentos não se encontrar válido, o TRT notificará a CONTRATADA e o respectivo pagamento será normalmente efetuado. Nesse caso, contudo, se no pagamento do mês subsequente persistir a mesma irregularidade, o TRT poderá rescindir unilateralmente o presente contrato por inexecução da CONTRATADA, nos termos e com as consequências previstas na cláusula dezenove.

Parágrafo Terceiro – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Parágrafo Quarto - No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente da CONTRATADA, refere-se aos trâmites interbancários.

Parágrafo Quinto - No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TRT encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

Parágrafo Sexto - O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA VIGÊNCIA – A vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, de __/__/__ até __/__/__, podendo ser prorrogada, a critério das partes, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea “c”, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017.

Parágrafo Único – A prorrogação da vigência, a ser autorizada pela autoridade competente do TRT, é condicionada pelos seguintes requisitos, simultaneamente considerados:

1. os serviços tenham, até então, sido prestados regularmente;
2. a CONTRATADA não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária por 3 (três) vezes ou mais, exceto a decorrente do não cumprimento do prazo de entrega da garantia contratual;
3. a Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;
4. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
5. a CONTRATADA concorde com a prorrogação; e
6. a CONTRATADA não esteja com o direito de licitar e contratar com este TRT suspenso, ou não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública.

CLÁUSULA DEZESSETE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas com a execução deste contrato serão atendidas à conta da Lei Orçamentária nº 13.978, de 17/01/2020, publicada no D.O.U. de 20/01/2020, assim classificadas:

| | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |

Nota de Empenho: 2020NE00____, emitida em __/__/2020.

Parágrafo Único - Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da dotação que for consignada para atender a obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZOITO: DAS SANÇÕES - O atraso injustificado na execução dos serviços contratados implicará as seguintes multas à CONTRATADA, calculadas sobre o valor do respectivo serviço, vigente no mês da ocorrência do inadimplemento:

1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, contado a partir do dia imediatamente subsequente à data em que a obrigação deveria ter sido cumprida, calculada sobre o valor do objeto em atraso;
2. 0,3% (três décimos por cento) por hora de atraso no atendimento dos chamados emergenciais, referidos no parágrafo quinto da cláusula segunda, contadas a partir da hora de vencimento do prazo estabelecido; e



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

3. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação da garantia, referido no parágrafo sexto da cláusula segunda, contado a partir do dia imediatamente subsequente ao final do prazo estabelecido.

Parágrafo Primeiro – O descumprimento das demais obrigações da CONTRATADA implicará multa, por evento, de 0,3% (três décimos por cento) do valor total deste contrato.

Parágrafo Segundo – As penalidades de multa aplicadas ficam limitadas a 10% (dez por cento) do valor total deste contrato.

Parágrafo Terceiro – Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

Parágrafo Quarto – Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.

Parágrafo Quinto – Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT. Em casos excepcionais, autorizados pelo TRT, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a entrega do produto.

Parágrafo Sexto – A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Sétimo – Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

CLÁUSULA DEZENOVE: DA RESCISÃO – Constituem motivos para a rescisão do presente contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Primeiro – O atraso injustificado na execução de qualquer dos serviços por período superior a três vezes o seu prazo normal de execução, caracterizará a inexecução total das obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral do contrato, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo – A rescisão contratual por culpa da CONTRATADA implicará multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro – O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT nos casos em que se aplicarem os incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

CLÁUSULA VINTE: DO RECOLHIMENTO DAS MULTAS - As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

Parágrafo Primeiro - Na ausência do pagamento das multas o TRT poderá descontar o respectivo valor da garantia do contrato. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada de seus eventuais créditos. Inexistindo crédito em favor da CONTRATADA, os valores deverão ser por ela recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação por "Aviso de Recebimento-AR", sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

Parágrafo Segundo - Caso a garantia do contrato seja totalmente utilizada por ocasião dos descontos decorrentes das multas aplicadas, a CONTRATADA deverá providenciar a reposição do respectivo valor.

CLÁUSULA VINTE E UM: DAS TRANSFORMAÇÕES DA CONTRATADA E DA TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO CONTRATUAL - Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, o presente contrato poderá ser mantido com a CONTRATADA, ou cedido ou transferido, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

1. a empresa CONTRATADA remanescente, ou a beneficiária da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital ao qual está vinculado este contrato, em especial as regularidades estabelecidas no item "22" da cláusula quarta; e
2. não se verifique fraude à licitação.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DA VINCULAÇÃO - O presente contrato está vinculado ao edital do Proad nº 9447/2020 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: DA COMPATIBILIDADE - A CONTRATADA assume, no ato da assinatura deste instrumento, o compromisso de manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: DA ASSINATURA - A assinatura deste instrumento, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito desta contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD e nas condições e termos especificados no Edital.

Parágrafo Primeiro - A assinatura de documentos pela CONTRATADA será admitida nas seguintes modalidades:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 9447/2020-1

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pela CONTRATADA e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

Parágrafo Segundo – A assinatura realizada na forma desta cláusula será considerada válida para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: DA LEGISLAÇÃO – Aplicam-se à execução deste contrato, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como, subsidiariamente, as normas de direito comum, no que forem aplicáveis.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: DO FORO - Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas – Justiça Federal do Estado de São Paulo – para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SETE: DA CONCORDÂNCIA – As partes declaram, neste ato, que se acham de acordo e se submetem a todas as cláusulas deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Campinas, ____ de _____ de 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

TRT

CONTRATADA